



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES,
HUMANIDADES E LETRAS COLEGIADO DO BACHARELADO EM SERVIÇO
SOCIAL.**

SIUANE DE OLIVEIRA LIMA

**TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA: Desafios para o acesso e permanência de
mulheres estudantes indígenas do CAHL/UFRB**

**CACHOEIRA
2019**

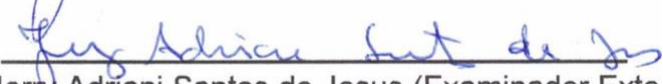
SIUANE DE OLIVEIRA LIMA

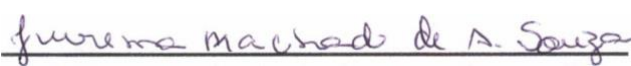
TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA: Desafios para o acesso e permanência de mulheres
estudantes indígenas do CAHL/UFRB

Cachoeira — BA, aprovada em 19/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Profª Dra. Simone Brandão Souza (Examinadora interna)


Prof. Jerry Adriani Santos de Jesus (Examinador Externo)


Prof. Dra Jurema Machado de Andrade Souza Orientadora

SIUANE DE OLIVEIRA LIMA

**TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA: Desafios para o acesso e permanência de
mulheres estudantes indígenas do CAH/UFRB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao
colegiado de Serviço Sociais, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, através
da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
Orientadora: Prof^a. Dr. Jurema Machado de Andrade Souza

CACHOEIRA

2019

SIUANE DE OLIVEIRA LIMA

Dedico este trabalho ao povo Anacé, Jenipapo-Kanindé, Kaimbé, Kanindé, Krenak, Pankará, Pipipã, Pataxó, Pataxó- Hã- Hã- Hãe, e Xakriabá. Vai para eles meu agradecimento pelo companheirismo de luta, por me fortalecer nessa caminhada.

*“[...]Mais logo que nós
Acabarmos a faculdade,
Voltaremos para a aldeia*

E seremos felizes.”

Olívio Jekupé

Agradecimento

A jornada tem sido muito longa, com fé termino mais um ciclo. Começo meus agradecimentos com sentimento de dever cumprido. Primeiramente agradeço á Deus por ter me dado força para superar todos os obstáculos, por me permitir estar pronta para ouvir, respeitar e aprender as lições da vida nessa trajetória acadêmica.

Gratidão aos meus ancestrais que lutaram para que eu tivesse essa oportunidade, por terem tecido meu caminho, imensa gratidão pela imensidão dos seus sonhos que são hoje minha realidade.

Gratidão á minha querida e amada mãe Dona Chica, parte da minha vida e obra de Deus. Sem a sua luta eu nada teria conseguido. Com muito amor agradeço a meu pai Antonio por toda força e coragem que me destes ao longo desses quatro anos. Agradeço as minhas irmãs Silmara, Ana e Gilmara que nunca me deixaram desistir, eu amo eternamente vocês.

Gratidão ao meu amor Kedney por sonhar meus sonhos, obrigada família Silva Santos pelo acolhimento e carinho por toda ajuda com meu pequeno, gratidão eterna. Uma das melhores sensações é quando Deus usa alguém só pra reforçar o quando Ele nos ama e veio meu filho, Kayan sua chegada trouxe luz aos meus caminhos. Cerquei-me de pessoas incríveis, obrigada mestres e doutores, minha orientadora Jurema Machado, Coletivo Indígena em especial as minhas manas que foram fundamentais nessa pesquisa Antonia, Beatriz, Daniela, Flávia, Mbeni, Raquel, Silmara, Thais, Tailany e Rute, minhas amigas de SeSo vocês são parte de mim, Leila, Juliana, Maylane, Debora, Deusinete, Tamires e as demais que não citei nomes mais que sempre terá minha gratidão. Agradeço Roberta M. e família, e aos amigos que Cachoeira me deu.

Awery (Obrigada).

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir a permanência das estudantes indígenas no CAHL/UFRB, trazendo as trajetórias de vida delas focando no ensino fundamental até chegar a universidade. Essa pesquisa surgiu a partir das inquietações da autora da pesquisa em relação a políticas de assistência estudantil oferecidas as estudantes indígenas desde o ingresso na universidade. Discutir permanência nos permitiu pensar para além de apenas um auxílio financeiro, explicando e chamando a atenção onde a estudante indígena precisa de permanência de qualidade para conseguir ter uma trajetória acadêmica satisfatória e que tenha bons resultados. Garantir o acesso ao ensino superior não é o suficiente, viemos de uma desvantagem histórica e só conseguimos estar aqui graças as lutas dos movimentos sociais. Para contemplar as discussões se faz necessário refletir em que o Serviço Social vem trabalhando para amparar essas estudantes e o que a UFRB vem fazendo para se tornar mais inclusiva.

Palavras-chave: Educação, Assistência estudantil, Permanência, indígenas.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the permanence of indigenous students in CAHL / UFRB, bringing their life trajectories focusing on elementary school until reaching university. This research emerged from the research author's concerns about student care policies offered to indigenous students since entering university. Discussing permanence allowed us to think beyond just a financial aid, explaining and drawing attention where the indigenous student needs quality permanence to be able to have a satisfactory academic path and have good results. Ensuring access to higher education is not enough, we have come from a historical disadvantage and can only be here thanks to the struggles of social movements. To contemplate the discussions it is necessary to reflect on what the Social Work has been working to support these students and what UFRB has been doing to become more inclusive.

Keywords: Education, Student Assistance, Permanence, Indigenous.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL: Centro de Artes Humanidades e Letras

CD: Comissões de Educação

CFP: Centro de Formação de Professores

CNE: Conselho Nacional da Educação

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

FNE: Fórum Nacional da Educação

FUNAI: Fundação Nacional do Índio

IES: Intuições de Ensino Superior

INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

LDB: Leis de Diretrizes e Bases

MEC: Ministério da Educação

PNAES: Plano/ Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE: Plano Nacional de Educação

PROGRAD: Pró- Reitoria de Graduação

PROPAAE: Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis UFRB:

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena

SISU: Sistema de seleção Unificada

UFBA: Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Sumário

Introdução

1. Políticas públicas e ações afirmativas no ensino superior

2. (RE)Existência : Trajetórias das estudantes indígenas no CAHL

2.1 Minha trajetória de vida

2.2 Metodologia da investigação

2.3 Significado de permanência para as estudantes indígenas do CAHL

2.4 O papel do Serviço Social na UFRB

3. Avanços significativos para os estudantes Indígenas na UFRB

3.1 Propostas para uma permanência de qualidade

Considerações finais

Referências

Introdução

Estar na universidade nos lança vários desafios, quem conhece a história dos povos indígenas sabe que somos marcados por lutas constantes, rupturas e fortalecimentos que nos permitiram o acesso às instituições de ensino. Todos esses processos foram postos para que estudantes indígenas deixem de ser objetos de pesquisas para serem pesquisadores de sua própria história.

Nasci e fui criada na Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, e pertenço ao povo Pataxó. Comecei os estudos aos sete anos, todo meu ensino fundamental e médio foi em escola pública, da alfabetização até a 1º série foi na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, minha primeira professora foi Arissana Pataxó e sempre destaco o privilégio que tive por ser alfabetizada por uma mulher indígena. Costumo dizer que a escola é o nosso segundo lugar de resistência. O primeiro é nossa casa, a escola indígena é o nosso lugar de resistência porque além de ensinar a ler e escrever são feitas as rezas, cânticos e aulas de Patxohã, que é a língua Pataxó.

A aldeia de Coroa Vermelha tem uma população em média de 6 mil habitantes dividida por indígenas e brancos (nome dado aos não indígenas). Na escola indígena não se aceitavam brancos, mas também, na escola municipal, quando íamos estudar, tínhamos certa dificuldade em aprender muitas coisas. No processo de ensino muitos conteúdos eram passados em pouco tempo, o que exigia muita habilidade no desenvolver das atividades, coisa que não se fazia na escola indígena, onde se respeitava o tempo do aluno. No 3º ano do ensino fundamental (antiga 2ª série), fui para a escola municipal, que ficava fora dos limites da aldeia ocupados pelos indígenas, pois os meus pais acreditavam que eu precisava de um melhor estudo para futuramente adentrar a uma universidade. Em 2012 fui estudar no colégio estadual e tive toda uma preparação de aulas para fazer o Enem.

Soube do processo seletivo especial para indígenas e quilombolas da UFRB através de um grupo no whatsapp, Apesar de ser limitado, temos o acesso a internet na aldeia. Realizamos as inscrições, eu e minha irmã, Silmara, no ano de 2015, e nesse mesmo ano fomos convocadas. Lembro-me que chegamos à cidade de Cachoeira em 18 de outubro de 2015, cidade linda, logo gostamos.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) lançou o primeiro edital para indígenas aldeados e remanescentes de comunidades quilombolas no ano de 2015, quando foram oferecidas 56 vagas em 27 cursos para ingresso no período de 2015.1. Dessas 56 vagas apenas 4 foram ocupadas por indígenas, já que outros indígenas foram aprovados mas não se matricularam ou iniciaram os estudos. Três dessas vagas foram para os cursos do Centro de Artes, Humanidades e Letras, e lá, duas estudantes Pataxó Siuane e Silmara, e uma estudante Anacé, povo do estado do Ceará, Rute Morais, ingressaram, respectivamente, nos cursos de Serviço Social e Ciências Sociais. A partir da presença indígena na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e dos desafios enfrentados pelas estudantes especificamente no Centro de Artes, Humanidades e Letras, despertei o interesse para as políticas sociais que permeiam a permanência na universidade.

Portanto, este estudo está voltado às histórias de vida e as biografias de estudantes universitárias indígenas do CAHL /UFRB. Sua temática diz respeito às representações que as estudantes indígenas têm sobre acesso e permanência estudantil, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, a partir de suas trajetórias. Assim, a pesquisa foi feita com onze estudantes indígenas das etnias Anacé, Jenipapo- Kanindé, Kanindé, Krenak, Pankará, Pataxó e Xakriabá, todas de cursos do referido centro.

O objetivo da pesquisa biográfica é descobrir a trajetória de vida e os processos que formam os indivíduos para o espaço social. Segundo Christine Delory-Momberger:

Nessa interface do individual e do social – que só existem um por meio do outro, que estão num processo incessante de produção recíproca – o espaço da pesquisa biográfica consistiria então em perceber a relação singular que o indivíduo mantém, pela sua atividade biográfica, com o mundo histórico e social e em estudar as formas construídas que ele dá à sua experiência. (DELORY-MOMBERGER, 2012)

Todos esses processos de aprendizagem são de soberana importância para o desenvolvimento sociocultural, visto que, a temática indígena ainda é pouco

abordada no ambiente acadêmico e levando em consideração as grandes transformações econômicas, sociais e de desenvolvimento no ensino superior ainda notamos a ausência de reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural. Essas experiências construídas nos moldam a todo tempo, pois cada experiência é uma história de resistência diante de diversos fatores que muitas vezes fazem com que os nossos sonhos de estar na universidade pareçam distantes.

Esse processo seletivo específico para indígenas e quilombolas foi uma grande conquista, é importante destacar que está havendo maior espaço para discutir sobre a permanência tendo participação também dos estudantes indígenas que estão se organizando e reivindicando seus direitos.

Para a realização do meu intento, além da minha própria trajetória, foi de fundamental importância considerar as trajetórias de outras estudantes indígenas, que adentraram no CAHL, após esse primeiro processo seletivo. Neste sentido, a primeira indígena a chegar na UFRB foi Rute Anacé, que hoje tem 21 anos, e está finalizando o bacharelado de Ciências sociais. Ela é indígena do Ceará, do povo Anacé. Aos 6 anos de idade iniciou os estudos na escola diferenciada Direito de Aprender do Povo Anacé. Quando cursava o segundo ano do ensino médio, com 17 anos, foi aprovada no processo seletivo na UFRB.

Raquel da Silva Alves tem 21 anos, pertencente ao povo Jenipapo-Kanindé do estado do Ceará. Filha de um indígena e de uma branca, foi criada pelos avôs paternos dentro da aldeia. Todo processo educacional das séries iniciais ao ensino fundamental II foi realizado dentro da aldeia na escola indígena Jenipapo-Kaninde.

Daniela Alves de Araujo tem 23 anos, pertencente ao povo Jenipapo-Kanindé de Aquiraz-Ceará. Sua escolaridade em nível fundamental foi todo na aldeia, do infantil ao 8º ano, estudou na Escola de Ensino Fundamental Alzira Gurgel, o 9º ano do fundamental na Escola Indígena Jenipapo-Kanindé. O ensino médio inteiro estudou fora da aldeia. Entrou na UFRB no ano de 2016 através do processo seletivo especial.

Antonia Kanindé tem 21 anos, é da aldeia Kanindé de Aratuba, no Estado do Ceará. Estudou até a 1º série do fundamental em uma escola convencional da

rede municipal de ensino, essa escola era chamada Escola Rural Luis Fernandes. Alguns anos mais tarde, foi transferida para Escola Indígena Manoel Francisco Dos Santos, onde cursou até a 3º série do ensino médio, fez a prova do Enem e depois ingressou na universidade no curso de museologia, na primeira colocação do ano de 2017.

Ana Beatriz Pankará tem 18 anos, pertencente a etnia dos Pankarás, da Aldeia Jardim-Pankará localizada na Serra da Arapuá em Carnaubeira da Penha, Pernambuco. Passou para o curso de jornalismo, que disse sempre ser seu sonho, em primeiro lugar na UFRB no processo seletivo para indígenas e quilombolas no ano de 2019. Estudou em escola pública e é filha de agricultores.

Thais Anacé tem 17 anos e o pai foi o responsável por realizar a matrícula visto que a indígena é menor de idade. Estudou em escola indígena no fundamental e o ensino médio em escola pública profissionalizante. Ingressou no curso de cinema no ano de 2019.

Flávia Xakriabá tem 21 anos, indígena do povo Xakriabá, da aldeia Barreiro terra indígena Xakriabá no município de São João das Missões, no norte de Minas Gerais. Estudou desde a 1º série até o 3º ano do ensino médio na escola indígena, é estudante de Jornalismo, foi aprovada na segunda chamada do edital do processo seletivo especial para indígenas e quilombolas.

Tailany Nathia é pertencente do povo Xakriabá de Minas Gerais, tem 19 anos, cursou o ensino médio na zona rural, é estudante de Cinema.

Mbeni é pertencente ao povo Krenak, não é indígena aldeada, estudou em escola particular na cidade de Salvador. Fez o Enem e se inscreveu no SiSu para o BI de artes da UFBA e para o curso de cinema na UFRB. Foi aprovada nos dois, mas optou pelo curso da UFRB. Devido alguns problemas pessoais acabou desistindo do curso de Cinema e atualmente está cursando Ciências Sociais, também na UFRB.

Silmara Pataxó da Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha município de Santa Cruz Cabrália, tem 26 anos, foi aprovada no primeiro edital específico para indígenas e quilombolas no ano de 2015. Cursa Serviço Social e optou pelo curso porque já fazia trabalhos sociais na aldeia, pois esteve, por alguns anos, trabalhando em uma cooperativa, onde teve a oportunidade de conhecer outras

aldeias na Bahia. Estudou em escola pública do município, foi mãe aos 23 anos quando já estava cursando na UFRB, destaca que passou por momentos difíceis, mas nada fez com que ela desistisse.

Silmara Anacé tem 18 anos, estudou o ensino fundamental na Escola Indígena da aldeia, onde os estudos foram voltados para o movimento indígena. No ensino médio foi para escola pública do município, onde destaca que sofreu preconceito por ser indígena. Entrou na UFRB no ano de 2019, para o curso de Artes Visuais, que sempre foi um grande sonho.

É a partir dessa diversidade de interlocutoras e trajetórias, que orientei o processo da pesquisa, buscando tratar de elementos que possibilitem delinear respostas para a seguinte pergunta: Quais dificuldades de acesso e permanência enfrentadas por estudantes indígenas no CAHL/UFRB?

Os objetivos específicos deste trabalho incluem analisar as demandas de acesso e permanência que acolhem esse determinado grupo e observar a efetividade das políticas públicas para a permanência das estudantes indígenas manterem-se na universidade. A pesquisa realizada ao longo do ano de 2019 com base em etapas do momento em que estudantes indígenas começam a cursar na UFRB, no ano de 2015 até o momento atual da graduação. Durante esse período procuro identificar as demandas dos estudantes indígenas em relação ao acesso e a permanência na universidade.

Um dos métodos utilizados foi a pesquisa autobiográfica onde escrevo minha trajetória de vida, as minhas experiências no processo de ensino nas escolas onde passei, ou seja, o pesquisador também ocupa o lugar de pesquisado. Para melhor entendimento:

A (auto) biografia, por conseguinte, de acordo com Pineau (2006) e Josso (2010), diz da escrita da própria vida do pesquisador que na investigação ocupa também um lugar de sujeito pesquisado. (MEDEIROS; AGUIAR, 2018, p.07)

Escrever sobre minha experiência de vida é permitir que entendam de que forma a educação escolar indígena contribuiu para hoje estar na universidade reafirmando a minha identidade.

Os dados da pesquisa foram produzidos através de pesquisa de campo, utilizando metodologia de caráter qualitativo, através da realização de entrevistas semiestruturadas, direcionadas para as estudantes indígenas do CAHL, de diversas áreas. As entrevistas foram realizadas através de contatos feitos pessoalmente, mas também via aplicativo de mensagem, mais precisamente whatsapp e e-mail.

A pesquisa qualitativa corresponde a questões particulares ou experiências individuais para entendermos as inquietações do que é permanência para as universitárias indígenas. Através da pesquisa qualitativa podemos melhor explicitar melhor certos aspectos relacionados às subjetividades, como é o caso de histórias de vida:

[...]ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem à operacionalização de variáveis. (DESLANDE, 1994)

A pesquisa qualitativa também busca os significados das ações e das relações humanas para discutir com mais ênfase o tema.

No I capítulo apresento as políticas públicas e as ações afirmativas no ensino superior, analisando os avanços ao longo dos anos dessas políticas para entender como seu público alvo é alcançado, no decorrer do capítulo são discutidos a criação das cotas que proporcionou a entrada da maioria das indígenas e por fim as políticas de assistência estudantil concebidas na UFRB .

O II capítulo é intitulado de (Re)existência inicio com um poema de Juvenal Payaya que nós levar a pensar nas inúmeras coisas que podemos ser. Permanecer na universidade é um ato de resistência e de insistir que os povos indígenas existem nas universidades federais. Nesse mesmo capítulo são escritas as trajetórias das estudantes indígenas em discussão com os autores Nilson Weisheimer, Emerson Medeiros, Ana Aguiar e entre outros.

processo seletivo especial para indígenas e quilombolas e como se dar ao acesso dessas políticas de permanência estudantil na UFRB o que ira nós permitir pensar e problematizar a inclusão desse grupo de universitárias indígenas

também na participação da formulação e no acompanhamento dessas políticas. Nesse mesmo capítulo é elaborado a pesquisa á partir das concepções do que é permanência segundo as estudantes indígenas do CAHL/UFRB e os desafios enfrentados.

No III capítulo exponho os avanços significativos para os estudantes indígenas na UFRB dos eventos e das mobilizações realizadas ao longo dos anos de 2017 até 2019. Passamos a propor uma permanência de qualidade com base na necessidade das indígenas, buscando por melhorias na assistência. E por fim reforçar que estamos esperando por melhorias e que se faça justiça pelos casos de racismo e assédio expondo assim as considerações finais.

1. Políticas públicas e ações afirmativas no ensino superior

“Diferente da comunidade, a principal característica da sociedade é a diferenciação social. Isto significa que seus membros não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc), como também possuem idéias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. (RUA; 2009)

Início o capítulo com essa citação de Maria das Graças Rua retirada do texto *Análises de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*, pautando a necessidade de se construir políticas públicas visando o tratamento igualitário e humanitário para todos da sociedade, independente de suas particularidades. A política pública é implementada a partir da causa de um problema e logo em seguida de uma solução para esse problema, tudo isso para que haja uma melhor organização na sociedade, evitando conflitos. Assim sendo, as políticas públicas são pensadas para atender uma parcela da população que convive com a desigualdade social.

Consideramos que grande parte das atividades políticas do governo é para atender as necessidades das demandas postas pela sociedade, levando em consideração que os procedimentos para efetivação devem ser formalizados para assim evitar conflitos.

Visando um problema que é a desigualdade social e a discriminação de determinados grupos da sociedade se fez necessário a criação das Ações Afirmativas. Em síntese, antes de aprofundar no tema sobre ações afirmativas precisamos entender as práticas dessa política, porque são feitas e a que determinado grupo ela irá atender.

As ações afirmativas surgiram nos anos 1960 quando os norte-americanos reivindicavam por direitos iguais para todos. O movimento negro foi um dos principais grupos atuantes e objetivo central era que o Estado assumisse uma postura na defesa dos direitos das classes menos favorecidas, como uma forma de mitigar situações de total desconforto para os indivíduos que possuem características diferentes de outra pessoa, que venha interferir nas suas oportunidades, podemos citar a diferença no sexo, na cor, na cultura entre outros fatores. Para melhor compreender:

“Seu público-alvo variou de acordo com as situações existentes e abrangeu grupos como minorias étnicas, raciais, e mulheres. As principais áreas contempladas são o mercado de trabalho, com a contratação, qualificação e promoção de funcionários; o sistema educacional, especialmente o ensino superior; e a representação política. (MOEHLECKE. 2002)

De acordo com Ana Claudia Souza (2016), as ações afirmativas podem se concretizar de variadas formas para que possa atingir os grupos e garantir maior inserção dos indivíduos na saúde, educação, no mercado de trabalho e também em outras áreas. Podemos assim definir que as ações afirmativas foram feitas para que grupos minoritários tenha acesso a determinados direitos.

Nesse contexto é importante enfatizar que:

[...]a ação afirmativa assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação. (MOEHLECKE. 2002)

O surgimento das Ações Afirmativas também envolveu outras práticas, principalmente no ensino superior. Uma delas é o sistema de cotas, no qual é reservada uma porcentagem no número de vagas para negros, indígenas, quilombolas ou com comprovação de baixa renda.

Foi a partir da Lei de Cotas nº12711/2012 (BRASIL;2012), sancionada em agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais a estabelecer uma reserva de até 50% das vagas nos cursos e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação (MEC;2012). O Ministério da Educação juntamente com a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial ficou responsável pelo acompanhamento e avaliação do programa previsto na lei.

Art. 6º O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai). (MEC, 2012)

Muito embora ainda persistam na sociedade, e no meio acadêmico, pessoas que dizem se opor ao sistema, ele é uma realidade garantida por lei, conforme

referi acima, e já apresenta os frutos de sua eficácia. Sabemos que a questão da igualdade racial vem gerando problemáticas há alguns anos, porém temos a consciência que não estamos perto de ser uma página virada na história. Tudo isso porque a sociedade é desigual, é excludente e é racista.

O antropólogo José Jorge de Carvalho destaca que “discutir as ações afirmativas nas universidades é uma oportunidade de rever a imagem de nação com que vivemos” (CARVALHO APUD SOUZA, 2016, p.2). Aos negros, aos indígenas e aos demais que nunca tiveram oportunidade de acessarem o ensino superior, se fez necessário criar políticas para se ter direitos iguais, sabendo-se que a classe dominante sempre foi cercada por privilégios.

Segundo Souza (2016), a criação do sistema de cotas e reserva de vagas nos vestibulares tem gerado muitas polêmicas, o criador do sistema de cotas Bhimrao Ramji Ambedkar lutou contra as desigualdades das castas indianas, essas castas é uma divisão social que organiza a população indiana de forma hereditária e hierarquizada. Ele conseguiu implementar a reserva de vagas como “tratamento especial” com a ideia de que era para o ressarcimento por todo tempo de exclusão e desigualdade, como forma de amenizar a situação (Souza, 2016, p.35).

Para a autora Fátima Bayma (2012) “as cotas representam uma forma de ação afirmativa que aumenta a possibilidade de acesso ao ensino superior” (2012,p. 14) com igualdade de condições. Enfatizando que:

A concretização do princípio da igualdade, como efetivação dos direitos fundamentais, funciona como base e estrutura do princípio democrático, haja vista que a verdadeira democracia somente se perfaz se efetivamente for assegurado a todos os cidadãos o direito à participação igualitária, sem sintomas de exclusão. (Bayma, 2012)

Para que fosse possível garantir direitos sociais a sociedade brasileira ao longo da história se organizou em movimento para lutar contra a opressão, os estudos de Bayam (2012) também apontam que “se nada fosse feito em relação às minorias beneficiadas, não haveria qualquer tipo de mudança social relevante, dentro de um espaço razoável de tempo” (p.6). Houveram-se transformações nas políticas sociais nos anos de 1960 e 1970, contando com a participação efetiva

dos movimentos sociais e da classe trabalhadora na busca por um país justo e democrático.

Com a democratização no ensino superior foi possível que as universidades revertissem o quadro de serem totalmente ocupadas pela elite e passa a incluir aqueles indivíduos que não tinham nenhuma oportunidade de acessar o ensino superior. Isso por que:

Historicamente, ainda, sabe-se que determinados grupos étnicos têm dificuldades em ingressar e permanecer na educação superior, onde são largamente subrepresentados – pretos, pardos e indígenas. Tal se dá por razões históricas, relacionadas ao nascimento e desenvolvimento do Brasil. (BRASIL, 2014)

Partindo dessa discussão de educação superior inclusiva, o governo federal criou programas para que se pudesse ter mecanismos eficazes para que além de ter o direito de ingressar em uma universidade os estudantes também possam ter assistência para permanecer na instituição.

Um dos programas criado é o Plano Nacional da Educação (PNE) foi criado no ano de 1996 mais só foi vigorado nos anos de 2001 á 2010, seu objetivo central é a melhoria na educação e dispõe sobre a competência de diminuir as desigualdades e a discriminação nas instituições educacionais, tem em uma de suas metas ampliarem as políticas de inclusão e de assistência estudantil na educação superior, buscando sempre formas que venham reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes que estudaram em escola pública, afrodescendentes, indígenas e pessoas com necessidades especiais.

As 4 instancias que fazem o monitoramento e avaliação do PNE são:

1° é o Ministério da Educação (MEC) que é o poder executivo na construção e no acompanhamento.

2° é o Conselho Nacional da Educação (CNE) é ele que fica responsável por cria as normas.

3° é o Fórum Nacional da Educação (FNE),esse fórum ele é responsável por organizar as reuniões da conferência,e que fica encarregado de dar aos estados as incumbências que devem ser realizados.

O quarto e último, mas não menos importante é a Comissões de Educação (CD) e o Congresso Nacional. (INEP, 2014).

Como já foi ressaltado essas instancias fazem o monitoramento e as avaliações, conta também com a avaliação quantitativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) que divulgam os resultados das metas á cada 2 anos para ter noção da evolução das metas. Essas metas serão alcançadas entre 2011 e 2020.

Nos avanços dados na educação a criação das Leis de Diretrizes e Bases-LDB em 1961 promoveu que “a [...] LDB / Lei nº 4.024, a Assistência Estudantil passa a ser vista como direito igual para todos os estudantes que precisarem, isto é, com um direito inserido na política de educação e não mais como ajuda”. (SILVEIRA APUD COSTA, 2016, p. 26)

Para Costa (2017) a LDB fortaleceu a assistência estudantil no inicio da sua criação, visando sempre assegurar a educação como direito de todo cidadão e igualdade de oportunidade para todos. Lembrando que por muitas vezes essas conquistas se dava pela pressão dos movimentos estudantis,

É a partir desses diálogos, desse movimento pressionando o Estado á intervir na educação que foram consolidando e moldando a assistência estudantil no Brasil até que surgiu “a preocupação com a criação de uma política que possibilite o estudante não só ingressar, mas permanecer na universidade por meio da assistência estudantil” (COSTA, 2017, p. 29) a partir daí surgiram também iniciativas que buscassem atender essa demanda.

As novas formas de ingresso nas universidades se deram com a reformulação do Enem a partir do ano de 2009 “considerando as possibilidades dos arranjos a serem construídos a partir da realidade de cada instituição” (BRASIL, 2014), ou seja, as notas do Enem podem ser usadas em diferentes processos seletivos.

Nessas formas de ingressos temos o SiSu que é o sistema de Seleção Unificada, teve seu inicio no ano de 2010, esse sistema permite que as instituições de ensino ofertem as vagas nos cursos para que os estudantes se inscrevam usando a nota do Enem. Para tanto:

O processo seletivo unificado, implementado a partir de 2009, tem por diretriz a democratização do acesso às vagas oferecidas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior. (BRASIL, 2014)

Analisando um artigo sobre estudantes indígenas em universidades brasileiras algo que chamou a atenção para a criação das políticas de ações afirmativas no caso do acesso ao ensino superior, sabemos que os indígenas tiveram que lutar para ter esse direito, outra questão a ser destacada é que na criação das políticas de ações afirmativas houve participação dos povos indígenas no acesso ao ensino superior, logo “observa-se pouca participação da comunidade indígena na formulação e no acompanhamento dessas políticas” (BERGAMASCHI, DOEBBER E BRITO, 2018, p. 43), isso interfere na melhoria da permanência e mais investimentos nas políticas públicas.

Os avanços significativos nos processos seletivos para ingresso nas universidades federais vêm permitindo cada vez mais indígenas acessarem o ensino superior. O perfil dos estudantes universitários vem passando cada vez mais por modificações. Segundo Juliane Ferreira da Costa (2017):

A universidade brasileira que historicamente foi um espaço elitizado, agora está mais acessível às camadas populares da sociedade e isto se deve a uma mudança no modelo de ingresso, instituída a partir de 2002, e a algumas políticas institucionais de garantia da Permanência disponibilizadas pelo Estado. (COSTA, 2017)

A autora escreve sobre a política de assistência estudantil para além dos auxílios financeiros, e destaca que nos últimos 10 anos as universidades públicas vêm passando por transformações e um aumento expressivo na oferta de vagas e nas formas de ingressos. (2017; p.11). Medidas relevantes foram sendo criadas para tornar o ensino superior mais acessível para a população de negros e indígenas.

É importante compreender todo contexto histórico no qual os indígenas estão inseridos, diante de lutas constantes marcadas por rupturas e fortalecimentos que permitiram o acesso as instituições de ensino, todos esses processos de fragilização e continuidades foi preciso para que os estudantes indígenas pudessem deixar suas aldeias em buscar de um ensino superior digno.

Simone Gomes Costa (2010) faz uma análise sobre as Políticas de Assistência Estudantil onde ela aponta que a educação é de soberana importância para o desenvolvimento sociocultural e econômico do indivíduo, visto que, a temática indígena é pouco estudada no ambiente acadêmico e levando em consideração as grandes transformações econômicas, sociais e de desenvolvimento no ensino superior ainda notamos a ausência de reconhecimento e valorização da diversidade étnica e cultural, há uma percepção que essas práticas de preconceito e estereótipos sobre os povos indígenas até os dias de hoje persistem nos espaços acadêmicos.

As políticas de assistência estudantil precisam ser estudadas levando em consideração todos seus lados “[...] é fundamental que se conheça de forma mais profunda sua estrutura e organização, tanto no plano nacional, quanto através das experiências institucionais já em curso ou em fase de implementação” (COSTA, 2010, p. 23)

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB foi criada no ano de 2005 no território de lutas e resistência do povo negro, no Recôncavo da Bahia onde há uma diversidade de tradições culturais, os campus da universidade estão localizados nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antonio de Jesus tem como função promover o ensino, pesquisa e extensão e suas atribuições são:

[...]exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico. (UFRB, 2018)

Ainda no que compete a UFRB na “Carta de Serviço ao Usuário da UFRB” no que rege seus princípios de funcionamento no item B está escrito que:

b) Inclusão Social – manter o compromisso com a inclusão de pessoas e grupos ainda à margem do ensino superior, como consequência de desigualdade, discriminação ou ambas. Deste modo, a instituição

organiza-se para garantir acesso, permanência, integração à vida universitária e sucesso acadêmico. (UFRB, 2018)

Com todos esses aparatos ainda percebemos que a instituição carrega os traços de uma política elitizada e desigual o que impacta negativamente no acesso a esses direitos assegurados. Essa questão mais relacionada aos alunos cotistas podendo fazer uma análise de todo contexto histórico é imprescindível não pensar que a desigualdade social não pesa nos resultados acadêmicos. Um dos fatores fundamentais é que os estudantes indígenas tenham igualdade de condições para que consiga desenvolver tais habilidades, o que é importante reconhecer essas desigualdades, pois as mesmas são decorrentes da ausência de oportunidades ou desvantagens ao iniciar os estudos.

A UFRB possui um órgão denominado PROPAAE que é a Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis criada em 03 de outubro de 2006 e tem por objetivo é:

Articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, pondo em prática uma ação de corresponsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica. (UFRB)

A UFRB por meio da Pró Reitoria de Graduação (PROGRAD) lançou o primeiro edital no ano de 2015 para indígenas aldeados ou remanescentes de comunidades quilombolas, onde foram oferecidos 56 vagas em 27 cursos para ingresso no período de 2015.1. O aluno convocado teria que apresentar uma autodeclaração, declaração de pertencimento étnico e declaração da FUNAI. Nesse processo os indígenas se inscrevem no Programa Bolsa Permanência do MEC que é uma política desenvolvida pelo governo federal para dar suporte na permanência dos estudantes, essa bolsa consiste em um auxílio financeiro de R\$900,00 concebido pelo Ministério da Educação (Mec), esse programa existe desde 2013 com o objetivo de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais, atendendo as demandas de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Podemos afirmar que estamos presenciando um processo de democratização do acesso ao ensino superior, entendida por ASSIS; SANABIO; MAGALD; MACHADO (2014, p.3) “como uma política (ou conjunto de políticas) que tenham por objetivo tornar o ensino superior acessível a uma maior parcela da população”, dessa forma, imprescindível a discussão sobre a Permanência estudantil, visto que, construir mecanismo de ingresso é fundamental, no entanto para que essa democratização se torne mais eficaz, é necessário discutir a respeito das iniciativas que estão sendo tomadas para que os estudantes ingressantes tenham condições de permanecer nas Intuições de Ensino Superior (IES).

2. (RE)Existência : Trajetórias das estudantes indígenas no CAHL

SOMOS AZUIS

Somos azuis,
Primos de arco em mãos,
Somos folhagem da terra
Azuis da mata á tinta,
Somos sombras
Das altas nuvens
Onde o vento atinge o cerro
E as trevas densas
Em calor na serra.
Somos azuis-marinhos
Somos canários da terra:
Amarelos girassóis,
Sementes de carvalho;
Pintados prontos á guerra;
Tacape, solidão da terra.
[...]
Bagas de urucum no corpo,
Somos corola do serrado.
Somos anil na serra,
Por fim, os donos,
Dessa terra.

(Poema do livro NHEENGUERA, escrito por Juvenal Teodoro Payayá)

Inicio o capitulo com esse poema de Juvenal Payayá como significados de todas as coisas que podemos ser fora de nossa aldeia, têm uma diversidade de povos, cada um com suas especificidades, e mais que carregar o nome de seu povo é carregar também seus ancestrais que teceram esse caminho para que hoje estivéssemos aqui.

Neste capítulo apresento o perfil das entrevistadas e as trajetórias das doze estudantes indígenas no Centro de Artes, Humanidades e Letras, e os processos da pesquisa que levaram há uma compreensão do significado de permanência para elas.

O capitulo é intitulado (RE)Existência pelo fato de começar uma nova fase da vida que forçam a nos reinventar cada dia mais no ambiente acadêmico, permanecer na universidade é um ato de resistência e de insistir que os povos indígenas existem nas universidades federais.

Escrever sobre as trajetórias indígenas com foco na educação que é um direito constitucional garantido a todos os cidadãos brasileiros se reúne três etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Sabemos que esse processo é continuidade um do outro a Educação Infantil funciona como um alicerce que prepara o sujeito para o Ensino Fundamental, onde há um processo de continuidade da construção do saber que finaliza com o Ensino Médio e prepara para as universidades ou outras instituições para o ensino superior. No presente trabalho, o foco da discussão será realizado em torno do ensino que cada estudante indígena teve até chegar à universidade.

2.1 Minha trajetória de vida

Escolhi escrever sobre minha trajetória de vida por esta inserida no grupo que esta sendo pesquisado. A escolha do método autobiográfico foi utilizado para narrar minha trajetória de vida e se deu pela minha busca por refletir sobre os lugares que ocupei para chegar até aqui, e como contribuição para essa pesquisa que durante esse percurso muita coisa foi evoluindo em relação ao aprendizado. Sempre tive dificuldade em falar sobre minha história, as emoções tomam conta de mim, geralmente é difícil falar das coisas que nos marcam profundamente.

Uma das coisas que a pesquisa autobiografia nos permite é escrever sobre nossas experiências e mesmo com muitas adversidades a gente se reconhecer, ter nossa identidade. Os autores Emerson Medeiros e Ana Aguiar explicam a relação da autobiografia com a história de vida. De acordo com eles:

Com a história de vida, a totalidade dos acontecimentos de uma vida é validada para o entendimento do que o investigador intenciona conceber, sendo ela a principal fonte de conhecimento/informação da realidade pesquisada. (MEDEIROS; AGUIAR.

Foi a partir da minha experiência como indígena universitária e dos diversos acontecimentos desde o ensino fundamental até o término do ensino médio e foram surgindo muitas inquietações em relação à permanência de estudantes indígenas na UFRB. Conforme Silva (2017) “as histórias de vida são construções narrativas em forma de lembranças, diários de viagem e crônicas, sobre si ou de outras pessoas” (p. 26) é nessa perspectiva que a pesquisa vai se firmando.

Nasci e fui criada na Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha município de Santa Cruz Cabrália, pertencço ao povo Pataxó, filha dos indígenas Antonio e Dona Chica, minha mãe morava na aldeia de Mata Medonha e meu pai em Coroa Vermelha.

Estudei todo o ensino fundamental e médio em escola pública, da alfabetização até a 1º série foi na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, tive a sorte de ter a primeira professora indígena.

Soube do processo seletivo especial para indígenas e quilombolas da UFRB através de um grupo no whatsapp apesar de ser limitado temos o acesso a internet na aldeia, realizamos as inscrições eu e minha irmã Silmara que foi em 2015 nesse mesmo ano fomos convocadas. Lembro-me que chegamos em Cachoeira em 18 de outubro de 2015, cidade linda, logo gostamos.

Começamos a freqüentar as aulas, fomos acolhidas muito bem na turma, todos com curiosidade sobre nossa cultura. Levamos os documentos para inscrição da Bolsa Permanência que é um auxílio financeiro concebido pelo MEC, entregamos toda documentação exigida para o assistente social da PROPAE, devida um documento não estar autenticado como era exigido a bolsa não foi homologada. Procuramos o Movimento Estudantil atuante na universidade que graças á eles estivemos com a Pró-Reitora da UFRB e em reunião deliberamos assuntos sobre a Assistência Estudantil e bolsa permanência. Depois de toda uma conversa no final dia tinham homologado nossas bolsas. Porém, a auxílio só foi pago três meses depois, nesse período passamos a morar de favor, comprava alimentos com o dinheiro que meus pais mandavam, naquele ano de 2015 solicitamos um auxílio emergência que naquela época a universidade concebia era uma cesta básica para cada uma de nós.

Certo dia saímos em busca de atendimento médico no posto de saúde da cidade de Cachoeira para acompanhar a gestação de Silmara, ao chegar lá fomos informadas que teríamos que fazer um cadastro e eles não faziam cadastro de estudantes , pois os estudantes não tinham moradia fixa, tivemos o atendimento negado e até o final da gestação não teve nenhuma assistência médica. No dia 22 de dezembro nasceu Vinicius na cidade de Salvador, com muita luta conseguimos nos deslocar até lá, tivemos toda assistência na maternidade, dia 26

de dezembro voltamos para casa em Cachoeira fomos recebidos por nossas colegas de turma que conseguiram mobilizar a turma e dar o enxoval de Vinícius no qual não tínhamos preparado nada. Passou um mês recebemos a bolsa e mudamos de casa, fomos morar no centro da cidade devido às pessoas marginalizarem o lugar que morávamos.

As condições financeiras foram melhorando apesar de alguns apertos e a saudade que parece nunca passar.

Em 5 de dezembro de 2016 meu avó faleceu, era uma liderança para o povo Pataxó de Mata Medonha, uma grande perda para nossa família. Sempre reflito sobre o tempo que a gente passa longe de nossos parentes, nenhum diploma compensará esse tempo perdido.

Semestres depois estive matriculada e participei da disciplina Infância Adolescência e Cidadania do curso de Cinema e Audiovisual no dia 31 de Agosto de 2017, em uma apresentação do curta metragem que foi proposto para que em grupo fosse produzido e apresentado para turma e dois professores convidados pela professora, no momento da apresentação o professor em uma de suas falas ao avaliar ele diz:

- Vocês duas (se referido a mim e a outra colega de Serviço Social) merecem 42 chicotadas e a graduanda em Cinema 84.

Naquele momento foi motivo de risos uma frase racista que me inquietou muito eu como indígena e as demais como negras, só para ressaltar que o escravo era preso ao tronco e com chibatadas tinham suas pernas e costas dilaceradas, uns dos castigos mais cruéis usados nos escravos considerados rebeldes. Esse ocorrido é tão forte e marcante que fez com que meu medo me desafiasse a cada vez que eu ficava diante de um professor. Graças à mobilização de meus companheiros do movimento negro unificado (MNU) que em junho de Coletivo de Estudantes Indígenas e Centro Acadêmico de Serviço Social Marina Cruz eu conseguir falar sobre o caso. Abri um processo na Ouvidoria da UFRB em 18 de dezembro de 2017, mas nada foi feito até o momento.

Em agosto do mesmo ano descobrir que estava à espera de meu primeiro filho, um desafio de algo quase novo, pois já tinha sido uma quase mãe para meu sobrinho Vinicius. Ter me tornado mãe me trouxe muitas mudanças principal

espiritual, dia 02 de abril minha mãe ao tocar na minha barriga sentiu que em poucas horas ele viria. No final da tarde fomos para o hospital e logo as dores aumentaram, lembro-me que fiz muito esforço já estava cansada e com muito sono, me deitei e logo peguei no sono, de repente, sentir um forte assopro no rosto me levantei com o susto e a bolsa estourou e em alguns minutos nasceu Kayan, pesando 3.100 kg de parto normal. A experiência mais incrível da minha vida. Dias depois de ter Kayan fui até uns dos núcleos da universidade abrir um processo de exercício domiciliar onde eu teria o direito de receber minhas atividades via email e fazer em casa, no decorrer do semestre isso não aconteceu, não recebi nenhuma atividade. Aos 27 dias de vida Kayan teve infecção respiratória, ficamos 3 dias fazendo o tratamento no hospital da criança em Feira de Santana-BA e 15 dias fazendo o tratamento em casa. Depois que consegui terminar o tratamento de Kayan e certificar que ele estava curado, enviei e-mails para o colegiado do curso de serviço social e tive resposta que os professores entrariam em contato comigo, o que não aconteceu, certo dia fui até o CAHL encontrei a professora e ela me disse que não tinha o que fazer, eu estava reprovada por um erro que segundo a coordenação do curso era meu porque eu deveria estar presente na sala de aula cobrando minhas atividades. Mas como assim? Eu estava em exercício domiciliar, estavam me negando um direito que eu havia concebido. Os questionamentos foram tantos é recorrente acontecer isso com as recém paridas e digo sem medo eu não fui a primeira e pelo andar da carruagem não vou ser a última. Deveria ter brigado, lutado pelos meus direitos, mas meu corpo, meu psicológico ainda estavam nesse processo de transformação da maternidade, eu não consegui ter voz e ir adiante com o processo que seria cabível. Enfim, fiquei reprovada e seguimos. Atualmente estou escrevendo meu trabalho de conclusão de curso e expor o tanto de descaso com as estudantes indígenas nesta universidade.

2.2 Metodologia da investigação

Os questionários e as entrevistas que foram feitas e as gravações tiveram autorização das entrevistadas, esses métodos serviram para a produção de toda

a pesquisa. As entrevistas foram realizadas nos meses de setembro a novembro do ano de 2019 será exposto o perfil das entrevistadas e demais resultados da pesquisa.

Um dos instrumentos utilizados na pesquisa foi o questionário onde foi possível obter várias informações de cada estudante indígena sobre a sua realidade, o que possibilitou essa relação de comunicação entre pesquisador e pesquisado para registrar, analisar e entender esse diálogo. Para a antropóloga Eunice R. Durham a antropologia sempre demonstrou interesse pelos grupos minoritários e é um deles são os índios, ela escreve que:

[...] essas minorias desprivilegiadas emergem como novos atores políticos, organizam movimentos e exigem participação na vida nacional da qual estiveram secularmente excluídos. (DURHAM, 1986)

Como já mencionei a pesquisa foi feita com 12 estudantes indígenas, a média de idade é entre 18 a 35 anos, dos cursos de Artes Visuais, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação social (Jornalismo), Museologia e Serviço Social. Apenas 2 não foram aprovadas no processo específico para indígenas e quilombolas, elas concorreram pelo SiSu e uma delas foi aprovada em Museologia em 1º lugar. Faz-se necessário analisar a permanência dos alunos cotistas como bem destaca Costa (2017) por questões históricas, como já foi mencionado porque muitos já entram em desvantagem decorrente do ensino fundamental e médio tendo bons resultados, esses fatores são levados em consideração para o resultado da pesquisa.

O método de história de vida que vamos utilizar permite que os indivíduos apresentem suas histórias, ou seja, “façam de si, recorram às suas memórias, suas lembranças e suas testemunhas”. (Boje, *apud* Maccali *et al*, 2013, p. 3). Elas contam histórias para decretar algo de si mesmas e da comunidade onde cresceram e para testemunhar o que viveram. Também podemos utilizar esse método valorizando o processo de aprendizagem de cada uma, os significados das coisas nas vivências preocupando-se em retratar as perspectivas a partir dos fatos.

Início as trajetórias contadas pelas estudantes indígenas, essas narrativas se firmam em forma de lembranças do que foi vivido por elas. Silmara de Oliveira Lima tem 27 anos, nascida na cidade de Porto Seguro/BA, indígena do Povo

Pataxó no município de Santa Cruz Cabrália. “Nasci e fui criada na Aldeia até meus 22 anos, estudei sempre em escola pública do fundamental ao médio e não tive a oportunidade de estudar na escola indígena por questão do ensino ser mais “fraco” naquela época. Depois que terminei o ensino médio em 2010 comecei a fazer as provas do ENEM para tentar vaga em Universidades Federais mais foi bem difícil ser aprovada, mas continuei tentando até conseguir. Fui aprovada em 2015 no primeiro edital para indígenas e quilombolas pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para cursar Serviço Social, foi uma alegria e tanta, pois era o curso dos meus sonhos e também estudar em uma Universidade Federal. Tive muitas dificuldades principalmente ter que sair da Aldeia, deixar os pais e familiares para ir em busca de um sonho. Nesse mesmo ano fiquei grávida do meu primeiro filho então foi um processo bem complicado, tive complicações no parto e fora as responsabilidades em ser mãe de primeira viagem, morar em outra região bem diferente do que estava acostumado na Aldeia, ter que conciliar casa, estudo, maternidade, mudar totalmente a rotina e os horários das aulas na faculdade. Passei por muitos momentos difíceis até conseguir a Bolsa MEC, ficamos morando três meses devendo aluguel, os meus pais não tinham condições e mandava só o financeiro para comprar o que comer, eu e minha irmã na época recebíamos uma cesta básica dada pela universidade e ajuda de amigos que fizemos na universidade. Depois de três meses conseguimos receber a Bolsa Permanência MEC foi aí que as coisas começaram a melhorar aos poucos”.

A trajetória da indígena não acaba aí, porém falar sobre as dificuldades de permanecer na universidade é difícil e essas, são várias transformações acontecendo em um intervalo de tempo muito curto. Estamos ocupando um espaço que poucas mulheres indígenas conseguiram chegar, Silva(2017) escreve que “poucas mulheres indígenas não vão chegar aqui por diversos motivos, seja pelo acesso, pela condição social e também pela impossibilidade de se manter na universidade (Silva, 2017, p.30) e completa com “há pouca representação desse lugar de fala da mulher indígena”(Silva, 2017, p.30). A maternidade exige muito da gente, e os professores também, a indígena cita algo que é muito importante a

ajuda dos amigos e o apoio financeiro dos pais que é uma prática comum para as estudantes indígenas.

Todas essas dificuldades relatadas geram impactos na vida social completa da estudante indígena, na necessidade que esteve em mudar o horário das aulas a estudante indígena relatou que ficou um semestre atrasado devido a maternidade, e perguntada sobre o exercício domiciliar ela contou que foi um processo complicado onde um professor não respeitando a licença dela sugeriu que a mesma em fase de pós-parto teria que fazer uma avaliação na sala de aula. E depois de muita conversa o professor entendeu que ela não poderia estar presente na sala de aula e permitiu que realizasse a atividade em casa.

Essa prática de não respeitar o puerpério que é o pós-parto no meu conhecimento vem acontecendo desde 2015, esse momento é marcado por transformações intensas na vida da mulher, proposto em outro momento abordar essa discussão, visando que é de extrema importância para nós mães no ambiente acadêmico.

Sucessivamente procuramos buscar aliados para somar em nossa luta e os movimentos sociais sempre estiveram presentes nos momentos de resistência, dentro da universidade dialogamos com o movimento negro, com o movimento estudantil e outras organizações existentes na universidade para que pudéssemos ter nosso direito efetivado. Como bem destaca a psicóloga Tiara Melo(2015) e a doutora em educação Dyane Santos (2015) nos em quanto movimento social e representação indígena estamos em busca de estratégias de existência “ligadas ao envolvimento com movimentos sociais de classe e raça”. (MELO & SANTOS, 2015, p.8)

Na tese de doutorado da autora Dyane Brito Reis Santos (2009) sobre permanência de estudantes negros para além das cotas, ela ressalta que:

“O acesso e permanência desigual de determinados grupos ao sistema de ensino é uma discussão que há décadas vem ocupando os círculos acadêmicos e os movimentos sociais.”(SANTOS, 2009)

Esse fato aconteceu porque esses grupos estão aproveitando a oportunidade de adentrarem no ensino superior e buscando formas coletivamente de permanecer na universidade.

A estudante Rute Anacé tem 21 anos, é estudante do curso de Ciências Sociais, é indígena do Ceara do povo Anacé, a vida toda estudou em escola pública, aos seis anos de idade iniciou os estudos na Escola diferenciada Direito de Aprender do povo Anacé, nesse período passou por um processo de discriminação por ser indígena na escola do município e aí essa mudança pra escola Direito de Aprender foi um momento muito rico para ela, enquanto indígena porque como ela diz o nome da escola é diferenciada a educação, então a educação tinha as bases comuns e as bases tradicionais priorizando a cultura, ela fala das histórias dos mais velhos onde era também feitas as noites culturais. Para a Anacé “a escola Direito de Aprender foi o início de um despertar esse desejo de fazer a pós-graduação e aí quando terminei o 9º ano na escola Direito de aprender eu fui pra Fortaleza fazer um curso profissionalizante” ela conta que acordava todos os dias 04h20min da manhã e só retornava para casa às 19h00min da noite, fazia o ensino médio junto com o curso profissionalizante, e no 2º ano do ensino médio aos 17 anos passou no processo seletivo pra UFRB, no primeiro processo seletivo pra indígenas e quilombolas, para ela o processo foi uma surpresa porque ela tinha feito o enem e apareceu no e-mail a divulgação do edital, se inscreveu sem nenhuma perspectiva porque ficava pensando na distância do Ceará até a Bahia, seria muitas pessoas concorrendo e não teria chances de passar mesmo assim se inscreveu, ao sair o resultado ela certificou que foi aprovada no curso de ciências sociais, ela conta que:

“Desde muito cedo eu já despertava o interesse de ser antropóloga ou de ser cientista social com ênfase em antropologia e aí em 2015.1 eu me matriculei e iniciei os estudos na UFRB, em 16 de Julho iniciou minhas aulas e no dia 18 de outubro terminou a greve na universidade. (RUTE ANACÉ)

No processo de ingresso foi muito difícil para ela, a mãe Angela foi fazer a matrícula na UFRB e ela ficou porque era menor de idade de idade, por esse motivo não poderia fazer a matrícula, só tinha 17 anos.

Quando “eu cheguei na UFRB eu não tive auxílio de nada de nenhum setor da universidade nem para me auxiliar como seria esses processos burocráticos de entrada na bolsa”. As burocracias que são postas a nós é um obstáculo constante que nos persegue durante toda a graduação e tem efeitos negativos no procedimento da trajetória acadêmica. Lembro-me que durante esses anos fomos pegos de surpresa porque o MEC solicitou a universidade novos documentos nossos para a bolsa permanência em um período curto pra conseguir essa documentação. Mesmo assim fizemos esforços para conseguir, como sempre fizemos.

No início da graduação Rute conta que não estava ganhando bolsa, “meu pai estava desempregado e minha mãe ganhava um salário mínimo e a gente ficou meio na insegurança se não resolver a bolsa e se meu pai não arrumasse um trabalho eu iria retornar e abandonar o curso, porque não teríamos condições de me manter em Cachoeira, foi em janeiro que nos recebemos a bolsa eu e as meninas pataxós, lembramos que todos os dias o assistente social ficava pedindo documento e isso já estava me incomodando porque o Ceará é longe da Bahia, como é que eu iria adquirir todos os documentos pra homologação da bolsa? E aí com a ajuda do movimento negro foi feita uma reunião com a pró-reitora da PROPAAE pra gente discutir o que poderia ser feito, quais as dificuldades que a gente tinha, porque a gente não tinha condições de ir pra casa pegar os documentos”.

Lembro-me que durante esses anos fomos pegos de surpresa porque o MEC solicitou a universidade novos documentos nossos para a bolsa permanência em um período curto pra conseguir essa documentação. Mesmo assim fizemos esforços para conseguir, como sempre fizemos.

Ela aponta que “por falha do assistente social por não saber ao certo quais os documentos que seriam necessários pra essa homologação e aí por isso que demorou tanto, ele não tinha o conhecimento pra lidar com os indígenas na UFRB. Outra coisa que é bem complicado nesse processo de 4 anos é a

convivência com outras pessoas, eu saí da aldeia muito nova aos 17 anos e morar com outras pessoas que eu nunca tive contato, então eu fui reaprender, e respeitar mesmo as pessoas não aceitando seu jeito, mas é como eu falo que entrei e saí com a mesma dignidade porque é você ter o conhecimento de saber falar, de saber como agir em outras terras é um processo difícil, você não tá no seu lugar, você tem que saber o que falar e como falar, então esse processo também de convivência para mim foi bem difícil nesse primeiro ano de UFRB. Já tinha ingressado mais indígenas na UFRB aqui do Ceará que facilitou muito a minha convivência, ajudou também na minha permanência porque nesse 1º ano inúmeras vezes eu pensei em desistir por conta das dificuldades que eu passava e me via sozinha e aí eu passei a conviver com as meninas jenipapo que me deram e me dão toda força, a gente se ajuda do jeito que dá, quando a bolsa atrasou por três meses e aí eu lembro que ou a gente almoçava ou a gente jantava, não tinha comida suficiente, a gente pensava em desistir, mas algo mais forte de realizar esse sonho dizia que não, que ali era o nosso lugar e que a gente tinha que continuar e aí seguimos”.

A universidade é outro mundo fora da aldeia, em relação ao curso ela disse que gosta muito das ciências sociais e foi o principal motivo por ela ter continuado, “o que me fazia permanecer longe de casa era o curso, eu ficava muito feliz ao acordar de manhã e ter aula pra ir, mesmo que às vezes a estrutura da universidade proporcionava momentos complicados, dizem que aquele espaço não é pra indígenas e eu lembro que nesse processo que a gente tava com dificuldade financeira eu fui a uma aula aí eu falei ao professor, eu não estou bem, porque a bolsa está atrasada já tem três meses e não sei como é que vai ser futuramente, aí ele falou que o problema era meu que ele não tinha nada haver com isso.

“A gente pediu auxílio na universidade e a universidade falou que não tinha verba, então era a gente por a gente mesmo, eu lembro assim que foi um período bem difícil mas a gente superou e as estruturas da universidade como eu falei anteriormente são muito elitizada posso dizer assim, porque se pensar de ter indígena nesse ambiente é algo assim não índio tem que ser do mato, os preconceitos que a gente passa que índio não tem que estudar de que índio não

precisa é, não pode ter uma pós-graduação é inúmeras vezes eu já algumas pessoas me perguntava se eu andava nu porque eu era índia tinha que andar nu ou como era lá minha aldeia se era só mato, então as vezes eu quer dizer eu não tenho vergonha de dizer que eu sou índia, as vezes eu preferia é não falar e me resguardar pra não ter que escutar esse tipo de comentário das pessoas na UFRB, no 6º semestre eu já começo minha pesquisa que é sobre é a minha aldeia e isso também contribuiu muito nesses processos de férias e tal, mesmo eu estando longe não fizeram com que eu me se distanciasse da minha comunidade, e uma coisa que me marcou muito ao longo desses 4 anos é esse distanciamento entre aldeia e a universidade, porque é a gente meio que tem que se afastar do movimento indígena pra focar nos estudos e isso acaba distanciando das mobilizações, e tudo isso fez com que eu me sentisse fraca porque é esses momentos que fortalece a gente, eu costume dizer que mesmo eu estando longe eu sei as pessoas da minha comunidade torceram e torcem por mim permanecer nesse espaço, que eu não estou sozinha mas é um mundo totalmente diferente que para além da adaptação você tem que se retirar também desses espaços, então foi algo que me marcou muito, uma outra coisa que ocorreu na universidade, foi o assédio, eu tinha uma pesquisa de campo e o professor ficou querendo sair pra tomar cerveja, eu falei que não, que eu não ia, no fim da disciplina quem tivesse ido para pesquisa de campo teria nota 10 e todo mundo recebeu a nota 10 e eu fiquei com 9,5 e eu penso que foi por causa desse convite, mas, enfim, como eu falei anteriormente eu sei onde eu poderia estar e onde eu não poderia estar e a todo tempo a gente é testado se a gente tem capacidade ou não de estar naquele espaço, e ainda mais por ser mulher e indígena, quando a gente pensa que não tem força vem algo maior e fala, não você tem força sim, você vai terminar, você vai continuar, foi assim que eu me sentir diante de todas as dificuldades que eu passei, passei com as meninas uma dificuldades que foi o roubo da nossa casa que levaram, computadores, os arquivos, nosso dinheiro, as pessoas nos ajudaram com o que podiam, depois devido o ocorrido e para além do sentimento de tristeza que a gente sentiu, a gente também sentiu um sentimento de gratidão, por saber que a gente também

tinha construído laços e que a gente não estava sozinha naquele espaço e foi isso que marcou muito minha trajetória aqui na universidade.

Sucessivamente procuramos buscar aliados para somar em nossa luta e os movimentos sociais sempre estiveram presentes nos momentos de resistência, dentro da universidade dialogamos com o movimento negro, com o movimento estudantil e outras organizações existentes na universidade para que pudéssemos ter nosso direito efetivado. Como bem destaca a psicóloga Tiara Melo(2015) e a doutora em educação Dyane Santos (2015) nos em quanto movimento social e representação indígena estamos em busca de estratégias de existência “ligadas ao envolvimento com movimentos sociais de classe e raça”. (MELO & SANTOS, 2015, p.8)

Passamos a relatar a trajetória da indígena Flávia Xakriabá, tem 21 anos, é indígena do povo Xakriabá, morava na aldeia Barreiro terra indígena Xakriabá no município de São João das Missões no Norte de Minas Gerais. “Estudei minha vida toda desde a 1º série até o 3º ano do ensino médio no colégio estadual indígena Xukurank, minha vida toda foi baseada na escola, a escola Xukurank é à base de tudo. Eu soube das inscrições do vestibular aqui da UFRB através de uma ex diretora da Xukurank, Maria José, ela divulgou no grupo de jovens Xakriabás e eu me inscrevi no curso de jornalismo que eu sempre quis fazer e fui aprovada na segunda chamada, vim pra cá não conhecia ninguém, não sabia onde era não tinha a menor ideia, vim na cara e na coragem com meu irmão e minha mãe, fiz a matrícula, e os processos para pegar a documentação que no Xakriabá é bem complicado, porque precisa de lideranças pra assinar e no Xakriabá são aldeias muito distantes, são muitas aldeias uma bem longe da outra e pra fazer esse percurso era bem complicado, mas consegui pegar todas as assinaturas, tanta burocracia e vim fazer a matrícula. Fiz a matrícula, voltei para a aldeia Xakriabá pra pegar minhas coisas e voltei pra Cachoeira de novo. Ao chegar aqui ficamos em uma pousada de um dia pra outro e quando a gente estava aqui minha mãe pedia informações às pessoas da cidade para saber de alguém alugando casa, alguém que estava precisando de companhia e ate que então ela achou , encontrou uma mulher aqui, todo mundo conhece ela como

Dona Índia e eu vim pra cá e to aqui até hoje, ai acabou vindo pra cá também minha sobrinha cursar cinema.

Na verdade “eu nunca pensei em estudar especificamente jornalismo, eu desde nova era integrante do grupo de comunicadores indígenas Xakriabá então eu sempre desenvolvi gosto pela comunicação, pela mídia, por câmeras, por edições etc. Então numa conversa com minha prima Célia ela falou da possibilidade de eu gostar do jornalismo, ai eu fui procurar mais sobre o curso e tal e realmente era algo bem interessante que me interessava bastante, só que de primeiro momento eu ainda não pensava em fazer jornalismo, isso surgiu a partir de ideias mais estratégicas das lideranças, da minha família, do meu povo, então eu fiz, passei no vestibular indígena e eu gosto do curso, foi uma maneira mais estratégica porque nunca se viu indígenas no jornalismo, pelo menos eu não tinha essa referencia e realmente eu sou a primeira Xakriabá a cursar jornalismo”.

As políticas públicas voltadas para a educação mediante as ações afirmativas requerem, entre outros requisitos, que os estudantes indígenas migrem para os centros urbanos onde as universidades estão estabelecidas. (Souza, 2016)

Há um cuidado de levar o jornalismo para perto da comunidade indígena diante de usufruir o que foi construído aqui, nas aldeias os jovens precisam buscar estar no ensino superior para desenvolver estratégias de luta, nessa troca de experiências darem visibilidade as mobilizações na área da comunicação social, se os jornais divulgam uma noticia na qual tem o sentido diferente do que é exposto pelos indígenas temos subsídios suficientes para mostrar o real sentido do que esta sendo publicado.

“[...]a partir do seu empoderamento via o ingresso nas universidades, colaborando, graças à visibilidade e divulgação das suas tradições e especificidades culturais, com os movimentos indígenas, dos quais também participam, mas também alterando as suas práticas de consumo e algumas visões de mundo prevalentes em suas comunidades”. (Souza, 2016)

Agora iremos partir para a trajetória da Jenipapo-Kanindé Raquel da Silva Alves ela tem 21 anos, pertencente ao povo Jenipapo-Kanindé do estado do Ceará. É filha de um indígena com uma mulher branca, foi criada pelos avôs

paternos dentro da aldeia. Perguntada sobre seu processo de ensino ela responde, “todo meu processo educacional das series iniciais ao ensino fundamental II foi realizado dentro da minha aldeia na escola indígena Jenipapo-Kaninde, onde tanto tive acesso a educação indígena que é designada pelas atividades que valorizam a nossa cultura e nossos costumes como também ao ensino convencional dos brancos. Durante minha trajetória dentro da escola indígena pude ser ensinada a valorizar nossa cultura e valorizar todos os nossos costumes, e sobretudo, valorizar o conhecimentos dos nossos guardiões da memória que são os nosso troncos mais velhos. Aos passar para o ensino médio tive que ir estudar na escola da comunidade vizinha, pois na escola da aldeia não possui ensino médio, esse período me causou de inicio um grande impacto, isso porque passei viver uma outra realidade educacional, passei a estudar em espaço de professores brancos que só repassavam o conhecimento dos brancos. Após um tempo estudando nesse âmbito escolar eu e mais alguns primos passamos a levar a história do nosso povo para esse espaço, tanto para algumas discussão em sala como também para atividades de feiras culturais realizada pela escola. Hoje a escola despertou um olhar para trabalhar a temática indígena, de forma não estereotipada. Dentro da minha aldeia faço parte dos núcleos de jovens educadores do Museu indígena Jenipapo-Kaninde e sou liderança jovem. Atualmente sou graduando do 7º semestre do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Primeiramente soube da existência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia através da minha amiga irmã Rute Moraes do povo Anacé também do Ceará, Rute foi a primeira indígena do Ceará a ingressar na UFRB via edital específico para indígenas e quilombolas. Pouco mais de 1 ano que Rute ingressou, a UFRB abriu novas vagas nesse edital para indígenas e quilombolas e no período de inscrição foi Rute que divulgou para mim, para Daniela e para Daniel os meus primos que também efetuaram a inscrição. Enfim, em 2016 especificamente no segundo semestre passei pelo edital específico para cursar Serviço Social. Ao ingressa na UFRB nunca fui assediada, mas sofrer racismo é algo recorrente dentro da universidade, devido a forma como as pessoas são ensinadas o que é ser indígenas é o que fortalece a lógica do indígena folclorizado. Logo quando

ingressei na universidade as primeiras expressões do racismo se deram através dos colegas de sala que ao me apresentar enquanto indígena, logo me chegavam e duvidavam e faziam varias indagações tais como: Como você é “índia” tem olhos claros e cabelos loiros? Índio usa celular? Você é índia de verdade? “Eu nem sabia que índio ingressava na faculdade”.

Essas relações das criticas dos estereótipos dentro da sala de aula é algo recorrente, sempre nos deparamos com perguntas desnecessárias á respeito da nossa cultura, perguntas que nos silenciam diante do desrespeito. Silva (2017) chama atenção “na urgência de se discutir esses estereótipos em relação a cultura indígena”(p. 116). Raquel conclui sua trajetória dizendo:

Se você é indígena faz o barulho com a mão na boca, faz a dança da chuva e dentre outras formas de expressar o racismo. Além dos colegas também sofremos racismo com os técnicos da universidade que ficam a todo instante duvidando se somos ou não indígenas, quando afirmam você parece que tem antecedência de índio, porque você não tem cara de índia. (Raquel Jenipapo-Kanindé)

Essas falas nos trazem inquietações, geram desconforto, uma vez que não há profissionais sendo capacitados para nos atender, e entender que a cultura indígena tem suas diversidades.

Uma trajetória também marcada pelo preconceito relacionado ao estereótipo é a de Antonia Kanindé, ela começa relatando seu processo de aprendizado. “Estudei até a 1º série do fundamental em uma escola convencional da rede municipal de ensino, essa escola era chamada Escola Rural Luis Fernandes e eu estudei até a primeira série lá, depois fui transferida para Escola Indígena Manoel Francisco Dos Santos onde eu fiz até a 3º série do ensino médio, prestei Enem e depois ingressei na universidade, essa escola indígena foi construída em 2005 e inaugurada em 2006 e é justamente em 2006 que transfiro de escola e passo a estudar lá. Quando estava na 3º série do ensino médio fiz o Enem e prestei o SiSu na categoria de cotas, categoria L2 que é para estudantes com renda per capita de até um salário mínimo e meio que se considera preto, pardo ou indígena e ai eu ingressei no curso de Museologia, era o curso que eu queria fazer, entretanto não queria fazer na UFRB eu queria fazer na Universidade Federal de

Pernambuco e aí como minha nota não estava dando para ser aprovada na universidade de Pernambuco e Rute já morava aqui em Cachoeira, ela me falou que seria mais fácil eu vim pra UFRB que já teria um apoio, pois ela já estava morando aqui, então eu decidi escrever pra UFRB e acabei passando na primeira colocação do curso em termo de nota”.

É de extrema importância a influência por partes das jovens indígenas em trazer os demais para estudar na UFRB e vim somar na luta, geralmente aconteceu dessa forma uma estudante indígena do Ceará veio e depois incentivou outros indígenas a virem também, hoje temos sete indígenas do Ceará na UFRB, nessa relação eles destacam que juntos conseguem permanecer na universidade. Rute também incentivou a vinda de Thais do povo Anacé, ela conta que “soube da UFRB pela Rute, ela sempre me avisou sobre os processos seletivos e sempre me ajudou. Eu estudei em escola indígena no fundamental e meu ensino médio foi em escola pública profissionalizante”. No dia de fazer a matrícula na UFRB quem veio foi seu pai, pelo fato de Thais ser menor de idade, “ingressei na UFRB em 2019 e estar na universidade me fez e me reconhecer como indígena é muito importante pra mim. A minha experiência por enquanto está tranquilo a galera do coletivo me ajudou muito em relação à bolsa. E a única coisa de diferentes e que na minha turma não recebo piadinhas em relação a ser indígena”.

Retornando a trajetória de Antonia ela conta que “nesse processo de transição entre ensino médio e Universidade acabei perdendo minha mãe, devido a um AVC”. Isso ocorreu no ano de 2015 e “eu estava na segunda série do ensino médio. Foi difícil para eu lidar com essa situação, mas continuei firme”.

Ao longo da pesquisa identificamos o quanto o papel da família é essencial nesse processo de sair da aldeia em busca do tão sonhado diploma. É mais uma vez o papel da mulher, da nossa mãe tem fundamental importância nessa trajetória acadêmica. Antonia conclui com “na terceira série já em 2016 fiz o Enem no início de 2017 fui aprovada em museologia na UFRB. Devido às greves minhas aulas iniciaram apenas 16 de outubro de 2017 o mesmo dia em que faz dois anos que minha mãe havia falecido.

[...] os indivíduos pertencentes às sociedades tradicionais, como as indígenas, em que o parentesco tem profunda influência na vida produtiva, na organização política e nas dinâmicas de produção e circulação de conhecimentos, por certo afastar-se da família e da comunidade é uma tarefa extremamente difícil. (Tassinari *et al*, *apud*, Souza, 2016, p. 145)

Daniela Alves de Araujo tem 23 anos é filha de Maria Raimunda Alves e Jose Barbosa, pertencente ao povo Jenipapo-Kanindé de Aquiraz do Ceará. “Minha escolaridade em nível fundamental foi todo na aldeia, do infantil ao 8º ano estudei na escola de Ensino Fundamental Alzira Gurgel, e o 9º ano do fundamental estudei na Escola Indígena Jenipapo-Kanindé. No ensino médio estudei fora da aldeia na escola de ensino fundamental e médio Coronel Osvaldo Stuart. Minha entrada na UFRB ocorreu através de Rute Anacé uma indígena que já estudava na instituição que informou sobre o processo seletivo para Indígenas aldeados ou moradores das comunidades remanescentes de quilombos. Entrei na UFRB no ano de 2016 através desse processo seletivo. Ingressei usando minha nota do Enem do ano de 2015. Minha inscrição tinha como primeira opção o curso de Museologia, e segunda opção Gestão Pública. Para primeira opção tive como influência do meu tio Heraldo Alves que é coordenador do Museu de nossa aldeia o MIJK- Indígena Jenipapo-Kanindé. Então como acompanhei todo o processo de construção do Museu em nossa aldeia, desde meus 10 anos de idade já vinha colaborado na construção coletiva do Museu, onde participei da primeira formação no projeto Historiando Jenipapo-Kanindé, esse projeto foi o marco inicial para a construção do Museu, integrei no núcleo de educadores do Museu Indígena Jenipapo-Kanindé, núcleo composto majoritariamente por jovens da aldeia. Com isso, meu tio viu a necessidade de ter um de seus sobrinhos cursando museologia e assim poder ajudá-lo no processo de salvaguarda da história do nosso povo.

Ao sair do seu território a estudante indígena já sai com a certeza do retorno que irá trazer a aldeia, esse vínculo criado com o intuito de fortalecer as atividades desenvolvidas na aldeia para passar entre as gerações. Souza (2016) pauta que “[...]a vida na capital tem reforçado os projetos trazidos “de casa”, devidamente contextualizados quanto às possibilidades concretas para sua

realização”.(p. 159). Diante dessas trajetórias a escolhas dizem sobre qual retorno elas querem dar ao seu povo.

Passamos agora a retratar a história de vida da Xakriabá Tailany Nathia, “minha trajetória como universitária indígena é muito difícil por conta do ensino que eu tive, pois cursei na zona rural e quando a gente chega à faculdade as pessoas tem o nível de educação mais avançada”. A desvantagem em relação ao ensino é uma das características de resultados acadêmicos insatisfatórios, o score baixo, a dificuldade em desenvolver as atividades são elementos decorrentes de um ensino anterior falho.

Ela conta que soube da inscrição através da tia dela Flávia que já estudava aqui na Bahia. A indígena expressa que seu desejo é que “as pessoas nos reconheçam como indígena, que não seja preciso ter várias documentações comprovando isso. Nunca aconteceu de alguma pessoa chegar a me discriminar, mas às vezes em certo ambiente você percebe o quanto as pessoas é racista através do olhar e é difícil ser reconhecida como indígena só por ter traços diferentes das pessoas que eles reconhecem como indígena”.

Refletir sobre nossa representatividade na universidade precisa que nos der espaço de fala, não precisamos ser reconhecidos diante da apresentação de documentos, antes de ser estudante somos pessoas como qualquer outra que merece respeito.

Partimos para a trajetória de uma Jovem de 18 anos, que nunca saiu sozinha do seu estado, passou para o curso de jornalismo que sempre sonhou, em primeiro e na Federal. Beatriz Pankará diz que ao sair da aldeia não veio só, “trago comigo a minha família, os meus laços e principalmente o orgulho de estar ocupando um espaço que eu desconhecia há alguns meses atrás, espero que a minha bagagem universitária contribua de alguma forma para a minha comunidade Eu estudei em escolas públicas, sempre estive na classe "Pobre" com pais agricultores que incentivavam ao estudo, nunca sofri nenhum desses citados e soube através do Elison Pipipã, que já era meu amigo e me informou sobre o processo seletivo. Sempre foi um sonho entrar em uma universidade federal, não só pela necessidade de não poder arcar com os gastos financeiros de uma graduação, como também, pelos objetivos que sempre admirei em uma

instituição federal. Ao entrar através do processo seletivo, senti dificuldades acerca da documentação, pois não tive nenhuma ajuda ao saber em certo o que realmente era necessário e também, pela minha vinda só para um estado diferente. Em relação ao curso, me sinto contemplada por ser uma área na qual me idêntico, no entanto o empecilho pelo qual me dificultou foi por notar que os demais alunos mostram estarem bem a frente em relação ao conhecimento de mundo, que penso não ter devido a minha educação em um município pequeno. Sobretudo, o que me dificultou também durante esse primeiro semestre foi a não homologação da minha bolsa Permanência, que por um erro do servidor acabei não tendo acesso e precisei ir em ocupação e reuniões, me fazendo perder aulas significativas e me distanciando assim, de acompanhar a "linha" acadêmica que foi seguida durante o período que estive ausente. Mas, apesar desses fatores, estou gostando do curso, das pessoas que conheci aqui e de sentir que poderei contribuir com a comunicação na minha aldeia”.

O que se percebe é uma responsabilidade que a estudante indígena trás para além de mudar suas condições de vida levar para aldeia projetos que favoreçam todos da comunidade.

Por fim, temos a trajetória de Mbeni ela tem 35 anos, pertence ao povo Krenak de Minas Gerais, não é indígena aldeada. Diferente da realidade das outras indígenas ela diz que sempre estudou em escola particular em Salvador, desde muito pequena, mas sempre teve problemas de socialização devido ao bullying que sofria devido por causa das suas origens indígenas, pelo seu nome e etc. Com o passar do tempo ela me diz que “fui criando repulsa pela escola e no primeiro ano do ensino médio, depois de uma tentativa de suicídio por causa de bullying eu abandonei a escola. Fiz CPA que é uma avaliação para concluir o ensino médio e fiz cursinho pré vestibular. A principio queria medicina na UFBA, mas por pressão que eu mesma coloquei passei mal durante a prova e não conclui nem o exame vestibular, ao mesmo tempo fiz o vestibular para jornalismo numa faculdade particular, passei e consegui uma bolsa de estudos onde eu só pagava 30% da mensalidade. Fiz até o quinto semestre do curso quando adoeci e precisei me afastar perdendo a bolsa. Depois de um tempo parada para cuidar da saúde (cerca de três anos) fiz o Enem e me inscrevi Sisu para o BI de artes da

UFBA e para Cinema na UFRB passei para os dois, mas optei pelo curso da UFRB, depois de alguns problemas devido a minha depressão e transtorno bipolar eu acabei reprovando em algumas matérias e me desiludindo com o curso de cinema, troquei ciências sociais que agora curso”.

Essa trajetória é marcada por lembranças difíceis de encarar, sofrer bullying na escola tem levado estudantes á desistência, um lugar que chegamos para aprender estar carregado de preconceito, ódio, piadinhas, recebemos ofensas de todos os lados e a sensação de incapacidade toma conta de nós.

A maioria das estudantes é oriunda de escolas públicas da aldeia, temos esse privilegio ter professores indígenas e abranger até o ensino médio, estar na universidade é uma conquista coletiva para nós povos indígenas e manter esse vínculo com os outros indígenas é um ato de fortalecimento que nos faz permanecer.

2.3 Significado de permanência para as estudantes indígenas do CAHL

A avaliação sobre os significados de permanência para as estudantes indígenas do CAHL é de extrema importância nessa pesquisa, observaremos que permanência está muito além do que apenas permanecer. Abordaremos a discussão permanência a partir do diálogo dos autores com relação ao significado para as indígenas.

Permanência para mim é algo que parece ser estar tão distante da universidade, porque o tempo todo surge obstáculos para nos fazer desistir. Penso que permanência vai muito além de um auxílio financeiro, a gente deveria ter assistência á saúde ou pelo menos um acompanhamento pedagógico, porque tem coisas que a gente não entende, não temos informações de nossos direitos. Em 2015 conseguimos uma cesta básica pela Propaae hoje nem isso é dado aos estudantes indígenas recém chegados, ficamos desamparados diante de tanto descaso. Permanecer diante de tanta dificuldade durante quatro anos ou mais não é fácil, então defino permanência como um ato de insistir nesta universidade, precisamos brigar por uma permanência de qualidade para que a gente possa

sobreviver nesse ambiente, ter nossos auxílios concebidos e conseguir concluir a graduação.

No decorrer dos anos no governo de Michel Temer houve cortes no orçamento da educação que persistiu até o governo atual. Recentemente fomos pegos de surpresa com a notícia que o atual ministro da educação Abraham Weintraub anunciou o congelamento de 30% dos investimentos das universidades federais valor esse que já ultrapassavam os R\$7 bilhões, a justificativa foi que o bloqueio das verbas foi feito para cumprir a Lei da Responsabilidade Fiscal e o teto de gastos. É importante analisar esses cortes ou até mesmo os congelamentos, pois com essa redução dos gastos afeta diretamente nas políticas de assistência estudantil, esses auxílios que eram emergenciais destinados aos estudantes hoje não existem mais na universidade com a justificativa de que não tem verbas.

É necessário lembrar que uma das finalidades para a criação do FONAPRACE é o de assegurar que o estudante tenha condições básicas para a sua permanência na universidade e que tenham os meios necessários para o seu desenvolvimento acadêmico.

Nas palavras de Raquel Alves sobre permanência ela expõe que:

“A universidade emprega o termo de permanência muito voltado para questão de dinheiro, é claro que ter recurso financeiro que nos auxilie no processo de está na universidade é muito importante, mas para nós indígena permanência vai muito, além disso.” (RAQUEL ALVES)

Seguindo na mesma linha em que as estudantes indígenas esperam sobre a permanência Mbeni diz que para ela:

“Permanência não é só o aporte econômico que a universidade pode proporcionar, mas o suporte emocional é extremamente importante principalmente para os estudantes indígenas aldeados que saem de uma realidade diferente e se deparam em uma cidade estranha sem seus costumes e cultura respeitados. (MBENI)

Fazendo uma análise Conforme Costa (2017) que busca relacionar a permanência em dois sentidos a material e a simbólica, é importante fazer essa distinção, pois cada um tem um significado diferente, mas que de certa forma elas

essenciais para a permanência. A permanência material é “referentes aos provimentos de recursos materiais mínimos para a sobrevivência” (COSTA, 2017, p. 46), há a necessidade de bens materiais porque a estudante precisa de material didático, alimentação, transporte para se deslocar porque muitas vezes é preciso sair da cidade para realizar atividade, esses aparatos é o que fazem com que a trajetória acadêmica seja menos árdua e que o estudante tenha resultados satisfatórios.

Para a estudante indígena Rute Anacé:

“Pensar em permanência na universidade não está ligado somente às questões financeiras, as estruturas que são criadas não são preparadas para receber indígena. “A permanência está interligada com as políticas da Universidade e não são preparadas para nos receber. Que futuramente possamos acolher os estudantes indígenas não só pelo coletivo de estudantes indígenas, mas sim pela universidade apoiando e auxiliando para permanência desses indígenas.” (RUTE ANACÉ)

Diante disso se faz necessário que o núcleo competente das matrículas possa direcionar as informações sobre os documentos necessários que estudante indígena precisa em relação a bolsa permanência MEC, que para além de ser acolhido por outros indígenas a universidade possa contribuir nesse momento de chegada. Entendemos que a universidade tem suas limitações, porém diversas vezes não chega ao nosso conhecimento de indígenas que venham cursar na UFRB, esse processo de sair da aldeia e vim para uma cidade distante é difícil porque todas as indígenas são da Bahia mesmo assim são distantes dos campus da UFRB. COSTA (2017) diz sobre a importância da assistência da universidade no momento do ingresso, ela defende o seguinte:

“[...] a importância da atenção que esse aluno deve receber por parte das instituições, principalmente no seu ingresso, possibilitando dessa forma, que esse estudante possa ter a sua permanência de fato concretizada, não tendo apenas um olhar voltado para atender as suas necessidades materiais e para a qual a política de assistência estudantil tem se atentado mais ao longo dos anos, obviamente que as ações dessa política são fundamentais” (COSTA, 2017)

Ainda discutindo permanência em relação à dificuldade financeira e a deficiência na assistência, Silmara Anacé diz que

“permanência é o que precisamos quando passamos na universidade, a gente sai da nossa aldeia com a expectativa de conseguir nos manter aqui, porém é muito difícil porque a gente não tem ajuda de nada da universidade, nossos pais que precisam arcar com nossas despesas, o coletivo indígena na UFRB ajuda muito a gente se fortalecer o que é importante pra nossa permanência. É importante a gente tá aqui e levar o retorno pra nossa aldeia por isso a gente precisa tanto de assistência. Permanência é isso, a gente ter um apoio quando precisar”. (SILMARA ANACÊ)

Algumas das estudantes são as primeiras de suas famílias a ingressarem em uma universidade, devido a esse fato há uma expectativa maior na devolução do que foi construído na universidade para a aldeia. Como já foi citado acima com a redução dos gastos os auxílios emergências passaram a não existir mais, com isso o estudante que estiver em situação vulnerável e precisar desse tipo de auxílio infelizmente não terá.

No decorrer das falas das demais estudantes indígenas elas apontam o racismo como um problema grave para a permanência na UFRB.

A questão racial vem sendo muito discutida em decorrência dos fatos que vierem acontecendo na universidade, lembrando que essa discussão é decorrente das reivindicações do movimento negro desde a pós-abolição e se veio ganhando mais força a partir do início século xx, a educação sempre é vista como uma oportunidade para superar a desigualdade. Flávia Xakriabá responde que:

“eu sempre falo que permanecer na faculdade é bem mais difícil porque a gente enfrenta todo tipo de preconceito, de racismo, mesmo que não seja da forma escancarada, forma bruta, mas a gente sempre sofre de uma forma ou de outra a gente sofre desde as piadinhas dos colegas, ainda mais no meu caso que não tenho os traços esperados de uma índia, então sempre rola umas piadinhas, hoje menos porque a partir do momento que a gente se assume indígena e começa a debater dentro da sala de aula, dentro dos eventos que a gente já realizou isso vai diminuindo. Então permanência pra mim é resistência, se for pra resumir em uma palavra seria resistência, a gente tá resistindo, a gente tá lutando o tempo todo, eu sempre digo também que a luta que a gente trava aqui dentro da universidade não é menos difícil que uma retomada do território, por exemplo, porque numa retomada de território lida com os fazendeiros, os latifundiários grandes empresários e aqui na universidade a gente lida com uma segunda ou terceira geração que são os filhos deles, então permanência pra mim é resistência, é luta, é dedicação, é força. (FLÁVIA XAKRIABÁ)

Santos (2009) reforça que a educação da qual estar sendo discutida vai para além de saber ler e escrever, é representatividade e empoderamento.

E mais uma vez o racismo institucional existe e não vemos uma punição aos racistas, a situação ainda é mais complexa, pois é travada uma luta de resistência, Antônia Kanindé responde que:

“Diretamente nunca sofri assedio por parte de professores e nem racismo de modo direto, entretanto, é perceptível que na fala de alguns professores e no contexto do dia a dia com os colegas a gente sofre algumas perguntas que causam inquietação, questionamentos sobre a nossa identidade, sobre a cor dos cabelos, sobre a cor da pele, que são consideradas enquanto racismos mas que também entendo como uma falha do próprio sistema e ai o nosso papel é desconstruir esses estereótipos e dialogar pra também que se diminua esse assedio sobre tudo do pensar que a universidade não é feita para indígenas e que indígenas deveriam ta na mata, acho que esse é o tipo de pensamento que devemos combater dentro da universidade e esse é um dos tipos de assedio mais institucional que a gente recebe, mas não só institucional também dentro do próprio convívio entre amigos, situações cotidianas que a gente vai viver na universidade.” (ANTONIA KANINDÉ)

Reflico sobre essa questão dos estereótipos que nos persegue o tempo todo, poucas vezes na academia estamos com nossos trajes indígenas, mas em todo o tempo estamos afirmando nossa identidade, o olhar de espanto quando nos apresentamos enquanto indígenas é assustador. Silva(2017) escreve que “espera-se ou imagina-se uma cultura primitivista, original, ritualista, selvagem, antropofágica, dentro outros estereótipos.(Silva, 2017, p.31)

Estar na universidade já é um desafio e pautar sobre os assuntos indígenas é sempre referenciado ao que fomos há anos atrás, Daniela Jeninpapo-Kanindé diz o seguinte:

“Para mim enquanto estudante indígena permanecer nesse espaço acadêmico é uma forma de poder desconstruir mentes estereotipadas de pessoas que a todo o momento nos ver ainda como o indígena de 1500. E que hoje ao nos ver civilizados frequentando os mesmos espaços que eles, se questionam sobre nossa identidade, é enfrentar medos e ao mesmo tempo enxergar o quanto somos guerreiros, é lutar contra uma classe burguesa e colonial a todo o momento”. (DANIELA JENIPAPO-KANINDÉ)

Estar na universidade é participar desse processo de aprendizagem e, além disso, usamos o espaço para ensinar sobre a cultura indígena. Silva (2017) lança

uma problemática sobre o que é discutido da cultura indígena nas escolas, e ela diz que:

“Essa violência que silencia a cultura indígena também chega até os espaços escolares. “Brincar de índio” é desvalorizar uma rica cultura, carregada de saberes produção de sentido e subjetividade.” (SILVA, 2017)

As dificuldades de permanecer são diversas e como já foi observado discutir a permanência de estudantes indígenas na UFRB nos remete pensar a universidade além da democratização do acesso e do aporte financeiro.

Para Beatriz Pakará permanecer na universidade não é tarefa fácil, lidar com desfalques financeiros, saudades de casa e das pessoas que precisamos ter deixado para vir em busca de algo que abasteça a nossa necessidade profissional e apoio psicológico, por isso uma das importâncias do coletivo, o fator que nos sentimos em família, um apoiando o outro no intuito de que nenhum venha desistir do curso e das metas almejadas em benefício não só nosso como individual, mas do quanto é importante não desistirmos pelos que lutam e lutaram para que possamos ter essa oportunidade hoje. Permanecer enquanto universitário e enquanto indígena permanência para ela “não é só a realização de um curso, mas sim uma enorme resistência diante de diversos fatores que muitas vezes são os causadores das desistências”.

Nós estamos na luta contra os estereótipos, na luta pela preservação das Terras Indígenas, pelo acesso ao ensino superior. Somos mulheres guerreira, indígenas. (Silva, 2017)

Quando falamos de permanência são muitos os desafios enfrentados, Silmara Pataxó responde sobre a permanência na universidade que esses espaços não são feitos para nós indígenas, “sofremos preconceitos passamos por vários processos de aprendizagem e todo momento tentam tirar de nós os conhecimentos que trazemos de nossas Aldeias”. Santos (2009) afirma que “esta situação de inadaptação, de exclusão, de discriminação que impede a permanência simbólica dos estudantes recém-ingressos na universidade” (Brito, 2009, p. 75). Se faz necessários que as estudantes indígenas sejam acolhidas, se

rompam com as desigualdades em sala de aula para que a indígena possa desenvolver suas atividades.

Thais Anacé responde que “entendo por permanência que é sempre continuar com a mesma ideia, ou continuar do mesmo jeito”. No senso comum a permanência esta relacionada sim a mesmice, mas para, além disso, estamos analisando a permanência enquanto duração no processo de graduação. Observamos que para Santos (2009) “permanecer é estar a ser *continuum* no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras”(Santos, 2009, p.68).

Para Tailany o que a faz permanecer é a própria força de vontade, a união da família é o que nos fortalece cada dia na universidade, como dizem nossos anciãos todos as vezes que saímos da nossa aldeia, não saímos sozinhas, certamente esse apoio afetivos amenizam um pouco a saudade:

“estarei realizando um grande sonho, e quando penso nos meus pais e vejo o quanto que eles lutaram para que eu chegasse até aqui me deixa motivada, eu Tailany como a primeira indígena xakriabá graduanda em cinema, sinto a obrigação de levar um grande retorno para o meu povo, pois sempre permanecerei lutando”.(TAILANY XAKRIABÁ)

Permanência na universidade é buscar forças para vencer os obstáculos que nos lançam a cada dia, independente de qualquer coisa é preciso entender que estar aqui é resultado de muitas lutas e que até hoje usamos estratégias buscando possibilidades para terminar o curso.

Nas mobilizações feitas dentro da UFRB sempre procuramos dialogar com estudantes indígenas de outras universidades com o intuito de saber que forma rumos esta tomando a assistência para garantir que os estudantes indígenas tenham uma permanência de qualidade.

Foi feito um questionário para uma estudante indígena da Universidade Federal da Bahia com intuito de tomar conhecimento das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Bahia.

A entrevistada é Vanessa Carvalho Santos é indígena do povo Pataxó, tem 23 anos é de Santa Cruz Cabralia e atualmente reside na cidade de Salvador- BA

ingressou na UFBA em 2014 pelo sistema de cotas e cursa fisioterapia. Ela respondeu que ao ingressar não passou por dificuldades pois:

“Como já tinham estudantes indígenas nessa época na universidade, parentes da mesma aldeia e minha irmã mais velha, pra mim foi mais fácil de interagir, os estudantes indígenas nesse período nos acolheram super bem, muitos até nas suas próprias casas, e nos acompanharam desde a matrícula até as primeiras semanas de aula, nos explicaram sobre as políticas de assistência estudantil da universidade e todos os processos da bolsa e etc. Vanessa Pataxó- Estudante indígena da UFBA)

Na UFBA tem o Núcleo de estudantes indígenas da UFBA- NEI, umas das representações estudantis indígenas na universidade, nos momentos oportunos são feitas reuniões de recepção aos calouros, onde se organiza uma conversa sobre informações da universidade. O PET indígena faz a calourada indígena onde são esclarecidas todas as dúvidas em relação às políticas de permanência e assistência estudantil. Lembrando que esses momentos são realizados pelos próprios estudantes indígenas.

È perguntado á Vanessa se o estudante indígena tem direito aos auxílios emergenciais na UFBA, ela responde o seguinte:

“Sim, depois de anos de diálogos com a universidade, conseguimos o auxílio acolhimento, para estudantes indígenas e quilombolas, para ajudar esses novos estudantes a se manter na universidade enquanto o sistema da bolsa permanência não abre para novas inscrições.” (Vanessa Pataxó- Estudante indígena da UFBA)

É incansável os diálogos com a universidade em relação ao tempo que o estudante não recebe o auxílio, na UFBA o estudante já tem garantido esse auxílio, já na UFRB umas das estudantes indígenas perdeu o prazo de inscrição da bolsa permanência por um erro de um dos setores da universidade, no momento ela aguarda o edital referentes aos auxílios da propaae para concorrer com os demais estudantes do CAHL a um auxílio, infelizmente é dessa forma que está sendo a assistência na UFRB.

Além da bolsa permanência os estudantes indígenas recebem o auxílio alimentação, que é um valor mensal para bolsistas que se alimentam no

restaurante universitário da UFBA. Ela diz que não desenvolve nenhuma atividade remunerada e que nunca sofreu discriminação pelo seu estereótipo.

Em relação ao valor da bolsa permanência MEC se é suficiente ou não ela responde que:

“O custo de vida na capital é muito caro, além de não termos uma residência indígena, temos que pagar aluguel, energia, água, internet, remédio, comida, além de comprar os materiais dos nossos cursos, então acaba que muitas vezes temos que pedir ajuda aos nossos pais que também não tem de onde tirar para nos ajudar a cobrir os gastos. Muitas vezes o jeito é pedir ajuda a minha mãe, ela ter que se apertar para me ajudar a pagar as contas.” (Vanessa Pataxó- Estudante indígena da UFBA)

Esse é um desafio denominado por Santos (2009) de permanência material onde os estudantes precisam comprar seus equipamentos e materiais didáticos de alto custos e essa preocupação na vida universitária de gastos acaba atingindo os pais.

Na assistência a saúde ela responde que “na verdade não só o estudante indígena, mas todo estudante da UFBA tem acesso a exames, vacinação, procedimentos pelo hospital universitário”. É importante saber que a Universidade Federal da Bahia tem desempenhado ações de atenção á saúde.

Por fim proponho que a estudante Vanessa Pataxó reflita e nos fale como seria uma permanência de qualidade.

“Quando as universidades pensarem em políticas de permanência para além de uma bolsa, mas pensar na saúde mental desses estudantes, pensarem estratégias de moradias, residências indígenas, lugar onde o estudante indígena possa realizar seus rituais, acima de tudo onde possamos não apenas ingressar, mas também permanecer e nos graduar, pensar em monitorias, acompanhamentos pedagógicos, diálogos entre os colegiados, nós entramos com muita deficiência no ensino e acabamos não tendo excelência acadêmica, por conta dessas dificuldades de acompanhar nossas turmas”. (Vanessa Pataxó- Estudante indígena da UFBA)

Com os resultados expostos muitos avanços foram feitos, há uma diferença da UFBA para a UFRB no sentido dos avanços das políticas de assistência estudantil para os estudantes indígenas, ainda há muito que ser conquistado de modo a mostrar a tendência evolutiva na assistência, bem como sua possibilidade de responder à determinada situação social e contribuir para reduzir as desigualdades no ambiente acadêmico.

2.4 O papel do Serviço Social na UFRB

Vicente de Paula Faleiros destaca que o Serviço Social conforme a Associação de Assistentes Sociais Norte-Americanos é uma ponte entre Estado e sociedade em busca da efetivação dos direitos com o objetivo de promover a mudança e a justiça social, ainda pressupõe que deve se considerar:

[...] a cultura, as linguagens, as classes, as diversidades étnicas, habilidades, orientações religiosas, sexuais e diferentes expressões dos indivíduos.(FALEIROS, 2011, p.7)

A assistência social é para quem dela necessitar independente das particularidades citadas acima, baseada nos direitos cabíveis a cada cidadão dispondo dos mecanismos de gerenciamento e execução, representou grandes avanços dentro da história das políticas sociais. Com esse desenvolvimento nas universidades a participação do Serviço Social na educação é inevitável, confrontando com a questão social, que surgem através das “organizações” dentro da comunidade acadêmica.

[...] A utilidade social da profissão está em responder as necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações em demandas para a profissão. (Guerra, 2000)

Sabemos que políticas públicas é um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado de forma direta e indireta com a participação de entidades públicas, visando assegurar direitos e bem estar social superando os conflitos sociais, servindo até mesmo como uma forma de reparo para uma parcela da população que sempre foi excluída. Diante disso:

“Para obter tal legitimação é necessário que o Estado, por intermédio das políticas sociais, atenda as demandas da população, já que só assim poderão ser controlados e contidos os eventuais conflitos sociais, econômicos e políticos”. (Pastorine *apud* Montanõ, 2011)

É necessário promover o conhecimento dos direitos, assegurando-lhes acesso aos serviços dos quais necessitam, inclusive o encaminhamento para os outros setores, quando necessário. Feita as perguntas em relação a saúde, o assistente social responde que:

“Em relação a saúde das estudantes, geralmente são feitos encaminhamentos para rede municipal. Além de concessão de auxílios aparelhos corretivo visual concedidos para qualquer estudante da UFRB.”
(Assistente social do CAHL/UFRB)

O assistente social tem o papel de desenvolver suas atividades, geralmente essas atividades são limitadas pela instituição e uma delas é a busca da situação de vida do estudante, e como bem destaca Souza (2005) “o que se exigia do profissional de Serviço Social é que ele ajustasse os desajustados, ajudasse os necessitados, integrasse os alunos à sociedade” (SOUZA, 2005, p.34) isso porque há condições sociais e econômicas desfavoráveis e é o que torna fundamental entender e buscar uma solução para esse problema.

[...] A utilidade social da profissão está em responder as necessidades das classes sociais, que se transformam, por meio de muitas mediações em demandas para a profissão. (Guerra, 2000)

Conhecer as condições em que o individuo se encontra é fundamental pra intervir. Para o assistente social do CAHL o serviço social participa do processo de inclusão das estudantes Indígenas no auxílio Permanência. E em seguida fica a disposição para possíveis intervenções de cunho social que possa ajudar ainda mais em relação a permanencia das mesmas nos seus respectivos cursos.

Cabe ressaltar, que esse espaço é carregado de responsabilidades, tanto com as usuárias acolhidas, quanto na prática dos profissionais em busca da garantia de direitos, embora essa garantia não esteja totalmente dependente

desse profissional, mas sim vinculada as possibilidades de um contexto de demandas provenientes de um sistema econômico desigual. Para ter um contato mais próximo com a estudante indígena em situação de vulnerabilidade social o assistente social diz que realiza a busca ativa:

“A busca ativa é feita a partir da identificação de quem estar com baixo rendimento e/ou afastado e se esse episódio tem relação com o serviço social. E então dentro das possibilidades estruturais (Transporte, agenda e outros), fazemos a busca ativa desses estudantes.” (Assistente social do CAHL/UFRB)

É importante desenvolver essa busca ativa como uma estratégia de saber das reais situações que se encontra a estudante, ainda em relação a essa questão o assistente social responde que:

“A orientação é de que possamos acompanhar a ajudar as estudantes em possíveis vulnerabilidades sociais que impliquem em baixo rendimento e/ou afastamento do curso. (Assistente social do CAHL/UFRB)

No que diz respeito aos auxílios financeiros a PROPAAE tem a finalidade de executar as políticas de ações afirmativas na universidade, por diversas vezes os estudantes indígenas em diálogo com a propaae sobre possíveis demais auxílios além da bolsa permanência MEC a resposta é a seguinte:

“Os auxílios concedidos pela Propaae estão disponibilizados para as estudantes indígenas, porem existem critérios de normativas e editais, cada um tem as suas particularidades de inclusão e permanência.”(Assistente social CAHL/UFRB)

Para justificar essa normativa é que a universidade precisa atender a todos os estudantes que precisam dos auxílios, se auxílios concebidos pela propaae forem acumulados com outras bolsas não poderá atender a necessidade de todos.

Por mais que não se podem acumular auxílios assim ditos pela propaae, pautamos em decorrência da Bolsa Permanência MEC ser paga três meses depois de homologada e nesse intervalo de tempo as despesas precisam ser pagar o que as estudantes indígenas dizem e que todos sabem é que tem indígenas sem condições de se manter nesses três meses. O que se espera

desde 2015 é que se tenha providencias diante desses casos se prevenindo também em relação aos atrasos que acontecem no inicio do ano.

Em relação á saúde algumas das estudantes indígenas disseram que procuram os serviços de saúde quando retornam a aldeia e só vão ao hospital aqui na cidade de Cachoeira quando precisam de emergência. Todas desconhecem que a propaae faz o encaminhamento á rede municipal de saúde. O assistente social responde que em demandas de saúde “geralmente são feitos encaminhamentos para rede municipal. Além de concessão de auxílios aparelhos corretivos visuais concedidos para qualquer estudante da UFRB”.

Já fizemos documentos para as lideranças indígenas e a universidade solicitando o apoio para que fossemos atendidos pela SESAI, mas até o atual momento não obtivemos nenhuma resposta. Dessa forma Montañó (2011) conclui que o serviço social deve intervir para identificar novas demandas e se qualificar para responde as demandas existentes.

O Serviço Social deve transcender a pratica rotineira desenvolvida em torno de velhos campos, deve incorporar para o espaço profissional o estudo e as (novas) respostas tanto ás demandas já existentes quanto, fundamentalmente, ás demandas emergentes. (MONTAÑO, 2011)

O assistente social tem suas limitações na instituição, no entanto, se faz necessário que o mesmo consiga captar as demandas, “compreender sua essência e desenvolver novas respostas pertinentes e efetivas” (Montañó, 2011, p.197)

Por fim destaco que o serviço social no CAHL/UFRB é um espaço carregado de responsabilidades frente à permanência das estudantes indígenas, procuramos esse profissional em busca de viabilizar a garantia de nossos direitos, embora essa garantia não esteja totalmente dependente dessa política, mas sim vinculada há um contexto de demandas provenientes de um sistema econômico desigual.

3. Avanços significativos para os estudantes Indígenas na UFRB

Como já mencionei a pesquisa foi feita com 12 estudantes indígenas, a media de idade é entre 18 á 35 anos, temos 2 estudantes dos cursos de Artes Visuais, 2 em Ciências Sociais, 1 em Cinema e Audiovisual, 2 em Comunicação social, 2 em Museologia e 3 em Serviço Social. Apenas 2 não foram aprovadas no processo específico para indígenas e quilombolas, elas concorreram pelo SiSu e umas delas foi aprovada em Museologia em 1º lugar. O processo seletivo para Indígenas e Quilombolas é a forma de ingresso destinada aos candidatos de comunidades Remanescentes de Quilombos e Indígenas aldeados, por meio de um processo seletivo especial onde o requisito é ser indígena aldeado(a) ou morador (a) das comunidades remanescentes de quilombos, é necessário ter cursado o ensino médio em instituição pública e ter realizado as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Entre os grandes desafios que as universidades públicas no Brasil vêm enfrentando nos últimos tempos, está a questão das ações afirmativas envolvendo diferentes povos indígenas além de grupos sociais que estiveram ao longo da história excluídos dos processos educativos formais pelas desiguais oportunidades vivenciadas, ou ainda, como nos casos dos estudantes de escolas públicas, que enfrentam obstáculos para acionar o direito às universidades públicas.

Se fizermos uma análise a respeito do que foi dito acima, essas desigualdades geram impactos significantes na trajetória das estudantes indígenas.

Enquanto ao quantitativo das estudantes que desenvolvem atividades remuneradas, uma indígena recebe outra bolsa que é a de iniciação científica PIBIC do CNPQ, outras 4 recebem bolsa de modo externo pelo programa de financiamento externo no projeto de mapeamento das relações dos direitos indígenas. Nesse ano o MEC lançou uma circulação nº16/2019 sobre a acumulação de bolsas, foi enviado um email para os estudantes informando que o estudante que recebe o auxílio PNAES e outras bolsas remuneradas na instituição a UFRB como Pidib, Resped, Pibex, Pet, PIBIC, PIBIT e outras comparecem aos respectivos centros para solicitar o desligamento no programa do PNAES, ainda acrescentou que a Bolsa do PNAES poderia ser reativada quando houvesse o termino da outra bolsa, ou seja, como é de conhecimento, a Universidade fará cortes nos Auxílios de quem "acumula" outras bolsas alegando uma redução de gastos, o não comparecimento dos estudantes seria feito o desligamento automático a partir de 2020.

Foi perguntado se o valor da Bolsa Permanência é suficiente para suprir os gastos das estudantes indígenas, 6 das estudantes responderam que não é suficiente, visto que, todos os entrevistados não possuem residência própria na cidade, os custos com alimentação são altos e também são comprometidos com a saúde pois nenhum tem assistência á saúde. Apenas 1 estudante respondeu ser suficiente o valor da Bolsa Permanência justificando que divide os gastos com outros estudantes, 2 estudantes que não responderam porque elas não recebem a Bolsa Permanência, 2 estudantes que não recebem a Bolsa Permanência destacaram mesmo assim que o valor deveria ser maior devido aos altos custos de moradia na cidade. Com relação à situação de moradia dos estudantes indígenas do CAHL, todas moram em imóvel alugado e compartilhado com outras pessoas.

De acordo com esses dados identifica-se que os custos da permanência são maiores do que o valor da Bolsa Permanência, o que nos faz refletir que esse valor não condiz com a realidade e que mecanismos estão sendo traçados para lidar com essa situação.

Segundo o sistema de Gestão da Bolsa Permanência o programa foi criado em 2013 para diminuir as desigualdades sociais, vulnerabilidades

socioeconômicas e outras situações a que venha comprometer a permanência dos estudantes nas universidades. O valor da Bolsa Permanência MEC é de R\$900,00 reais, porém é importante considerar o custo alto que o estudante tem para manter-se longe de casa, (custos com transporte, aluguel, alimentação, etc.) e termina extrapolando o valor que o bolsista recebe. Estudantes que não possuem boa situação financeira terminam tendo que criar suas próprias estratégias para manter-se na universidade, isso fica explícito nas respostas dadas principalmente no que diz respeito ao meio de transporte usado por estes.

Com relação à situação de moradia dos estudantes indígenas CAHL, todas moram em imóvel alugado.

Referente ao quantitativo dos estudantes que recebem da família contribuição de renda obtivemos o número de 7 estudantes indígenas que recebem, e em relação a renda mensal, as famílias que recebem até 2 salários mínimos são das 11 estudantes, e apenas 1 de 2 a 4 salários mínimos.

A Política de Assistência Estudantil busca contribuir para inclusão social pela educação, um dos fatores fundamentais é que os estudantes indígenas tenham igualdade de condições socioeconômicas para que consigam desenvolver tais habilidades. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) é comprometido com a viabilidade do acesso e da garantia da permanência dos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e se desenvolve em construir ações nas áreas consideradas estratégicas com a moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção a saúde, cultura e apoio pedagógico. (PNAES, 2010).

Gomes (2010) discute que as políticas de permanência já existentes apontam para o fato de que as trajetórias acadêmicas dos jovens na universidade precisam muito mais do que é oferecido, sem uma adequada política de permanência, não é uma tarefa fácil e como temos um número crescendo cada vez mais de indígenas cursando na UFRB se faz necessário mais cuidado ao lidar com a permanência das estudantes indígenas.

É visível analisar na pesquisa que, todas as entrevistadas Indígenas que ingressaram na academia permanecem com muita resistência e persistência. As

estratégias de convívio uns com os outros nesse espaço, contribuí a se manter longe de casa sem deixar para trás nossos valores culturais e tradicionais.

A intuição em alguns setores não tem conhecimento da quantidade de Indígenas que estão espalhado em seus campos, sentimos falta desse acolhimento e acompanhamento. Foi se pensando edital específico (cotas), mas o sistema que integre os indígenas nesse ambiente ainda se encontra falho.

A partir das articulações dos estudantes e das demandas que surgiram nas políticas internas na Universidade, formou-se de forma independente o Coletivo de Estudantes Indígenas na UFRB no ano de 2016. Tendo também como o intuito auxiliar na permanência dos próximos indígenas que adentrarão esse espaço. O Nosso fortalecimento é realizado com encontros e seminários votados as diversas questões indígenas e produções científicas.

No dia 14 a 15 de dezembro de 2017 o Coletivo de Estudantes Indígenas na UFRB, no CFP/ UFRB, realizou com muito empenho o I Encontro de estudantes Indígenas na UFRB. Durante o evento foi apresentado as principais dificuldades enfrentadas pelo os estudantes, tendo como demanda a construção de vínculo com alguns setores e reitoria.

Durante o evento foi produzido um documento realizado pelo o coletivo, com pautas que propões avanços de permanência, como o protocolo de inscrição da bolsa permanência, auxílios e prazo de inscrição no processo de matrícula. Todos os avanços do coletivo indígena foram possíveis através de lutas e organização dos estudantes, algumas solicitações ainda aguardamos a ser compridas.

Após dois anos ocorreu o II encontro de estudantes indígenas da UFRB, do dia 26 a 27 de setembro de 2019 no CAHL, tendo como tema: posso ser quem você é sem deixar de ser quem eu sou: Diálogos sobre as lutas, caminhos e saberes dos estudantes indígenas nas aldeias e universidade.

O seminário realizado trouxe as produções científicas dos alunos e compartilhamento e estratégias de permeância na UFRB. É importante se pensar como futuramente o coletivo de estudantes Indígenas e universidade poderão juntos criar estratégias para uma permanência de qualidade, para os indígenas que em formação e os que ingressarão.

3.1 Propostas para uma permanência de qualidade

Feito uma análise dos avanços dos estudantes indígenas diante das mobilizações realizadas ao longo desses últimos quatro anos podemos pensar em uma permanência de qualidade. Por muitas vezes nos espaços que conseguimos dialogar com a PROPAAE e com o reitor ou até mesmo com nossas lideranças indígenas que estiveram na UFRB sempre pautamos pela necessidade de se construir uma permanência de qualidade.

As estudantes indígenas que participaram da pesquisa enfatizam que passaram dificuldades de permanência no CAHL, e ao descreverem suas trajetórias deixam explícito que, a maioria das reuniões tem como discussões a melhoria de políticas e assistência aos indígenas, tendo em vista todas as dificuldades enfrentadas.

Entre esses processos também tivemos em diálogo com outros estudantes indígenas de outras universidades que colaboraram com estagias políticas de permanência. É importante ressaltar que a interação entre os indígenas facilitou no processo de adaptação na academia e moradia.

Os auxílios existentes na universidade que seriam de assistência a estadia, são constantemente negados a nós Indígenas, por fazermos parte do Programa de bolsa permanencia oferecido pelo o MEC, aos imprevistos como atraso ficamos sem amparo. No mas, podemos concorrer com as bolsas de iniciação científica com os demais estudantes do Centro.

Se pensar em uma proposta de melhoria a permanência, deve iniciar modificando as reservas de vagas oferecidas no edital específicos para indígenas e quilombolas, não contemplando todos os cursos. Salientando que o maior número de ingressos é quilombolas.

Dessa forma, as distribuições de vagas acontecem de forma aleatória, sem divisão entre indígena e quilombola, selecionada a maior nota do Enem. Assim existe a necessidade do aumento de números de vagas, com distribuição de todos os cursos e centros, realizada de forma igualitária para indígenas e quilombolas.

Ao longo dos processos é possível analisar que a falta de inscrição no edital específico na UFRB e desistência dos alunos, estão todos interligados a assistência e permanência em manter-se nas estruturas proposta, não se sentem acolhidos nas políticas criadas para recebê-los.

A Universidade precisa rever uma nova proposta de permanência, que contribua com as demandas do coletivo de estudantes indígena, tendo como objetivo a assistência dos estudantes durante o ingresso e conclusão do curso. Resultando com os avanços a ampliação do número de estudantes indígenas na UFRB.

Estamos sobrevivendo a anos difíceis, lutando para que os povos indígenas continuem com acesso as universidades. Nós fortalecemos com ações culturais onde a comunidade é convidada a participar, esses momentos são importantes para a valorização da cultura indígena no Recôncavo da Bahia principalmente na universidade.

As propostas são as seguintes:

- Indígenas não devem competir uma vaga com um quilombola, defendemos que esses números de vagas devem ser maiores e que esses processos seletivos específicos sejam separados para assim dar a oportunidade de mais estudantes indígenas e quilombolas adentrarem na UFRB.
- Informações concretas e esclarecidas em cartilha relação à Bolsa Permanência MEC e outros auxílios,
- Busca ativa recorrente de estudante indígena, para identificar em que situações a indígena se encontram.
- Acolhimento na residência. Garantir moradia na residência para os indígenas ao ingressarem tenham onde morar até que se receba a bolsa permanência MEC.
- Garantir auxílios emergenciais na alimentação.
- Garantir assistência á saúde em diálogo com a Secretária de Saúde Indígena (SESAI)
- Articulação de uma comissão contra o racismo.

Por muitas vezes nos trataram como desiguais, nos colocaram como pessoas que não conseguiriam ter um diploma na universidade federal e desde

que chegamos aqui nos negam direitos e lançam barreiras para nos fazer desistir. A estudante indígena precisa de assistência desde que sai de casa necessita de moradia, de alimentação, transporte, acompanhamento psicológico porque mesmo que tenham na universidade muitas não sabem que devem procurar esse serviço. Outro ponto importante é a atenção para os casos de racismo, chega de fechar os olhos para o assédio, chega de ficar se humilhando quando se sofre um racismo tem que agüentar as conseqüências porque fazer uma denuncia não vai adiantar de nada. A resposta é que tem muito processo, os casos demoram a ser investigados, mas esquecem que esse sofrimento é prolongado, interfere na vida da estudante, é humilhante e desesperador.

Fazer campanhas, atividades, conscientizar os servidores não ta adiantando de nada, as ações que estão sendo feitas por nós esta sendo jogadas ao vento.

Diversas vezes foi pautado que seria feito uma banca para combater o racismo institucional e teria representantes indígenas, essa banca até os dias atuais não foi feita e os processos não temos noticias.

Considerações finais

A presente monografia buscou construir uma narrativa sobre a permanência das estudantes indígenas do centro de Artes Humanidades e Letras- CHAL, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Levando em consideração toda a minha permanência no curso de bacharelado em Serviço Social e contribuições na luta de todos os estudantes indígenas desta universidade.

A construção da análise segue o caminho do ingresso das estudantes, e quais as dificuldades enfrentadas, observamos que mesmo pautando diversas vezes diante da necessidade de discutimos a permanência pouca atenção tem sido dada aos indígenas presentes aqui, pouco se tem feito para melhorar as condições de assistência. Desde 2015 é cobrado da universidade medidas cabível para que se possa conquistar o tão sonhado diploma. Nessa pesquisa foi possível promover uma reflexão para as próprias estudantes e a universidade, buscando assim insistir na construção de uma permanência de qualidade, dando ênfase na assistência oferecida pela a UFRB.

É evidente na pesquisa que as principais mobilizações feitas pelas integrantes do coletivo de estudantes indígenas na UFRB têm como proposta as modificações políticas e estruturas de permanencia dos indígenas que adentram nesse espaço.

Nesse modo, as ideias apresentadas foram construídas a partir do olhar das próprias indígenas, que descreveram com especificidades o processo da saída da aldeia e as estratégias de permanência traçadas aqui, sem deixar pra trás a cultura e tradicionalidade. E quais estratégias de resistências utilizadas.

Assim, a possibilidade de desenvolver essa reflexão trouxe aspectos que atravessaram a UFRB, como a construção e laços afetivos das estudantes que contribuindo para a luta e permanência, levando-me a compreender como a Universidade está para além da estrutura física e ensino, estando interligadas as questões espirituais e psicológicas.

No mais, espero que a produção realizada com muita dedicação, possa contribuir como proposta para avanços a permanência para as indígenas da

UFRB especialmente o CAHL. Dando assim oportunidade e inserção e menos evasão de indígenas nesse espaço que é nosso.

A realidade não está sendo mostrada agora, a universidade sempre esteve ciente dos acontecimentos com nós indígenas e temos esperança essa realidade logo menos possa mudar. Pois para Costa(2017):

“A universidade em muitas situações esteve preocupada em discutir a sua auto valorização enquanto instituição produtora de conhecimento, inclusiva e diversificada, não diminuído a importância destes”.(COSTA, 2017)

Diante dessas exposições sobre a realidade das trajetórias das mulheres indígenas do CAHL/UFRB é necessário maiores discussões sobre as condições de permanência e o que a universidade vem desenvolvendo para encarar essas realidades.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Anna Carolina Lili de; SANABIO, Marcos Tanure; MAGALDI, Carolina Alves; MACHADO, Carla Silva. **As políticas de assistencial estudantil: experiências comparadas em universidade públicas brasileiras.** Juiz de Fora, 2013.

Bergamaschi, Maria Aparecida, Doebber, Michele Barcelos, Brito, Patrícia Oliveira. **Estudantes indígenas em universidade brasileira: um estudo das políticas de acesso e permanência.** V.9, n. 251, p.37-53, jan-abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7.234/2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil.** Brasília: DF, 2010.
Acessado em: 18/10/2019

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Mec. (2002). **Plano Nacional de Educação- PNE.** Lei nº10.172, De 09 de Janeiro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/ l10172.htm
Acessado dia 20 de setembro de 2019

BRASIL: **Planos Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** 2007/2008

BRASIL: **Planos Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** 2010.

COSTA, Juliane Ferreira. **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA ALÉM DO AUXÍLIO FINANCEIRO –** Realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. 2017.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil.** 2010.

DELORY-MOMBERGE, C. **Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica.** *Revista Brasileira de Educação* v. 17 n. 51 set.-dez. 2012.

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade/** Suely Ferreira Deslandes , Otavio Cruz Neto, Romeu Gomes: Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). Petrópolis, RJ. 1994.

DURHAM, Eunice R. **A aventura antropológica. Teoria e Pesquisa/** Eunice R. Durham... *et al.* Organizadora Ruth C. L. Cardoso – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que Serviço Social quer dizer.** Serv. Soc. São Paulo. n. 108, p. 748-761, out/dez 2011.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social. Cadernos do Programa de Capacitação continuadas para Assistentes Sociais.** São Paulo: Cortez. 2000.

JEKUPÈ, Olivio. **500 anos de angústia/** Olivio Jekupé. – São Paulo: Scortecci. 2015.

Medeiros, Emerson Augusto de, Aguiar, Ana Lucia Oliveira. **O método (auto) biográfico e de histórias de vida: reflexões teórico- metodológicas a partir da pesquisa em educação.** São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 27, p. 149-166 , out./dez. 2018.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: Histórias e Debates no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, n. 117, npo. 1ve9m7-b2r1o7/,2 n0o0v2embro/ 2002

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social: Um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução/** Carlos Montaña. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez.

PAYAYÁ, Juvenal Teodoro. **Nheenguera/** Juvenal Teodoro Payayá – Salvador, 2018.

RUA, M. G. . **Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos.** In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Diane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior –** Salvador, 2009.

SANTOS, Diane Brito Reis; TENÓRIO, Robinson Moreira. **Ações Afirmativas e estratégias de permanência no ensino superior**. 2009

SANTOS, Dyane Brito Reis et al. **DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES QUILOMBOLAS**. GT 3 – Políticas Públicas e Desenvolvimento. 2015.

SILVA, Mirna Patrícia Marinho da. **Que memórias me atravessam? Meu percurso de estudante indígena** [manuscrito] / Mirna Patrícia Marinho da Silva – 2017. 151 f.

Sistema de Gestão da Bolsa Permanência. Disponível em: <http://sisbp.mec.gov.br/primeiro-acesso>. Acessado em: 03 de setembro de 2019.

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. **“PASSOU? AGORA É LUTA!”**. Salvador. 2016.

SOUZA, Iris de Lima. Serviço Social e Educação: Uma questão de debate. INTERFACE - Natal/RN - v.2 - n.1 - jan/jun 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Edital. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/noticias/3964-ufrb-oferece-vagas-para-indigenas-aldeados-e-remanescentes-de-comunidades-quilombolas>. Acessado em: 23 de setembro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Pró- Reitoria De Políticas Afirmativas E Assuntos Estudantis- PROPAAE. Disponível em: [/www.ufrb.edu.br/propaae/index.php](http://www.ufrb.edu.br/propaae/index.php). Acesso em outubro de 2019.

ZAGO, Nadir. **Do acesso a permanência no ensino superior: percurso de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006



Foto I Encontro de estudantes indígenas. Foto tirada pela equipe de monitoria do evento.



Foto: Adrielly Novaes Leite, Seminário Racismo e Anti-Racismo o caso dos povos indígenas.



Daniela Jenipapo-Kanindé. Arquivo pessoal.



Thais Anacé. Arquivo pessoal.



Raquel Alves. Arquivo pessoal.



Minha formatura na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, ao lado a professora Arissana Pataxó minha primeira professora. Arquivo pessoal.



Silmara Pataxó e seu filho Vinícius. Arquivo pessoal.